

Clipping **TJES**

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

18 de outubro de 2019

“Foram piores dias da minha vida”

Inocentado na última quarta, Luiz Durão revela como se sentiu após ser acusado de estupro de adolescente, num motel na Serra

Tiago Alencar

“Aos 72 anos de vida, nunca pratiquei qualquer crime contra alguém, por que eu faria isso agora? Fui preso sem dever. Foram os piores dias da minha vida”.

A declaração é do ex-deputado estadual Luiz Durão (PDT), que foi preso em flagrante no dia 4 de janeiro deste ano, acusado de estupro de uma menor de 17 anos. Ele foi detido quando saía de um motel na Serra com a adolescente.

A entrevista inédita foi dada após a concessão de liberdade ao pedetista, meses antes da sentença da 2ª Vara Criminal da Serra, que na última quarta-feira inocentou Durão da acusação feita pelo Ministério Público (MP-ES), conforme **A Tribuna** informou ontem com exclusividade.

De acordo com a defesa, a decisão deve ser publicada pelo Tribunal de Justiça do Espírito Santo até segunda-feira. O caso tramita em segredo de Justiça.

A entrevista ainda não havia sido publicada a pedido do ex-deputado, sob a alegação de não comprometer o andamento do processo.

A época, Durão contou que estava arrependido. “Tenho um arrependimento muito grande, mas

totalmente voltado para as coisas as quais minha família foi exposta com tudo isso”, afirmou.

O ex-deputado, que passou a responder ao processo em liberdade desde 15 de fevereiro, após ter sido solto por decisão do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJ-ES), negou que tenha cometido algum crime.

“Aconteceu o que tinha de acontecer? Aconteceu. No entanto, garanto que foi de livre e espontânea vontade das duas pessoas envolvidas. Não forcei nada com ela”, disse Durão, ao afirmar que a menor de 17 anos, que havia pego carona com ele de Linhares para Vitória, não mostrou resistência durante o tempo em que os dois estiveram em um motel da Serra, por pouco mais de 40 minutos.

O ex-deputado garantiu não descartar a política, mesmo após estar envolto em uma acusação de estupro contra uma menor. “Permaneço na política. Sou suplente na Assembleia. Se houver a chance de entrar na vaga de alguém, estarei pronto”, garantiu.

Durão ficou preso por 43 dias, no Quartel do Corpo de Bombeiros, em Vitória. A reportagem tentou contato com Durão ontem, mas ele não respondeu às chamadas ou mensagens.

“Tenho um arrependimento muito grande, mas totalmente voltado para as coisas as quais minha família foi exposta”



EX-DEPUTADO Luiz Durão, que ficou 43 dias preso acusado de estupro de adolescente: “Não forcei nada com ela”

LUÍZ DURÃO EX-DEPUTADO ESTADUAL “Toda a minha família me apoia e me conhece”

O ex-deputado Luiz Durão (PDT) contou sobre sua rotina enquanto aguardava a definição sobre os rumos do seu processo na Justiça.

A TRIBUNA — Depois de tudo o que aconteceu, o que o senhor tem a dizer?

LUÍZ DURÃO — Eu tenho a dizer o seguinte: se, aos 72 anos de vida, nunca pratiquei qualquer crime contra alguém, por que eu faria isso agora? Qual a necessidade? Aconteceu o que tinha de acontecer? Aconteceu. No entanto, garanto que foi de livre e espontânea vontade das duas pessoas envolvidas.

> Neste caso, não houve constrangimento?

Olha, se você tem a chance de dizer, de rebater esse suposto constrangimento e não faz isso...

> Como ficou a relação com a mulher do senhor e toda a sua família após esse episódio?

A minha mulher esteve sempre ao meu lado. Ela me conhece muito bem. Sabe que jamais faria algo para machucar quem quer que seja. Toda a minha família me apoia e me conhece.

> O senhor acredita que tudo que aconteceu no dia 4 de janeiro foi premeditado para prejudicá-lo?

Eu não posso falar daquilo que eu não conheço, não é verdade? Então, não posso te confirmar isso. No entanto, estamos expostos a tudo nessa vida.

> Se o senhor pudesse voltar no tempo, faria algo diferente?

Bom, eu acredito que, nessa vida, a gente passa por aquilo que tem de passar. É isso. Não há como afirmar se foi premeditado ou não.

> O senhor ainda tem pretensões políticas?

Permaneço na política. Sou suplente na Assembleia. Se houver a chance de entrar, estarei pronto.

Ministério Público vai recorrer da sentença

O Ministério Público do Espírito Santo (MP-ES), por meio da Promotoria de Justiça Criminal da Serra, informou que vai recorrer da decisão da juíza Leticia Maia Saúde, da 2ª Vara Criminal da Serra, que inocentou o ex-deputado estadual Luiz Durão (PDT) da acusação de estupro de uma menor.

A assessoria da instituição disse que está impedida por lei de fornecer mais detalhes sobre a sentença porque o processo está sob sigilo.

Na denúncia oferecida em janeiro, o MP afirmou que o suposto crime de estupro teria sido premeditado. O ex-deputado teria se certificado de que a menor, a quem deu carona de Linhares a Vitória, viajaria sozinha com ele.

O MP ainda destacou que Durão teria coagido a menor, de maneira subjetiva, por meio da influência que possui como homem público em Linhares, onde já foi prefeito.

ENTENDA O CASO

Carona de Linhares para Vitória

> NO DIA 4 DE JANEIRO, o ex-deputado estadual Luiz Durão (PDT) foi preso em flagrante em um motel da Serra, sob acusação de estupro contra uma menor de 17 anos. Ela pegou carona com ele de Linhares para Vitória, no mesmo dia da prisão.

> O EX-DEPUTADO foi levado para o Quartel do Corpo de Bombeiros, na

Enseada do Suá, em Vitória, onde permaneceu preso por 43 dias. Durão foi solto em 15 de fevereiro.

> NA ÚLTIMA QUARTA, a juíza da 2ª Vara Criminal da Serra inocentou Durão da acusação de estupro. A decisão ainda não foi publicada. O Ministério Público, autor da denúncia, vai recorrer.

Vereadores afastados em São Gabriel voltam à Câmara

Os vereadores de São Gabriel da Palha Tiago dos Santos e Wagner Lucas dos Santos retomaram as atividades na Câmara Municipal mediante apresentação de habeas corpus, concedido pelo Tribunal de Justiça do Estado (TJ-ES).

Os parlamentares estavam afastados do cargo desde março deste ano. Eles são acusados de ter cobrado propina no valor de R\$ 10 mil a uma empresa sob a garantia de que seria contratada para realizar um rodeio na cidade, em 2018.

O empresário teria pago metade do valor aos vereadores e, como não foi contratado, fez a denúncia numa rede social, em fevereiro deste ano.

RUBI II

Foram cumpridos mandados em Piúma, Linhares, Vila Velha, Cariacica, Cachoeiro de Itapemirim e Anchieta

MP deflagra operação no sul do Estado para desarticular organização criminosa

O Ministério Público do Estado do Espírito Santo (MPES), por meio da Subprocuradoria-Geral de Justiça Judicial e do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), com o apoio do Núcleo de Inteligência da Assessoria Militar do MPES e da Polícia Militar, deflagrou ontem a Operação Rubi II.

O objetivo é desarticular e colher provas relativas à atuação de uma organização criminosa constituída para lesar os cofres públicos do município de Piúma por possível direcionamento licitatório em favor de pessoas jurídicas contratadas, pagamento de vantagem indevida a agentes públicos e superfaturamento de contratos administrativos de prestação de serviço público.

O prefeito de Piúma, José Ricardo Pereira da Costa, e o secretário municipal de Obras e Serviços, André Layber Miranda, foram afastados dos cargos por 90 dias. Além do prefeito e do secretário de Obras e Serviços, todos os investigados nesta nova fase da operação estão proibidos de entrarem nas dependências da Prefeitura de Piúma. O prefeito, o secretário e mais dois investigados também tiveram os

bens indisponibilizados pela Justiça, atendendo pedido do MPES. Ao todo, dez pessoas foram alvos da Rubi II.

A operação consistiu no cumprimento de dois mandados de afastamento funcional de agentes públicos, quatro mandados de proibição de acesso às dependências de órgãos públicos, e 12 mandados de busca e apreensão pelos agentes do Gaeco, sendo três em Piúma, dois em Linhares, um em Vila Velha, dois em Cariacica, um em Cachoeiro de Itapemirim, três em Anchieta, emitidos pelo juízo da 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo. Residência de investigados e de empresa e sócios suspeitos de integrar o esquema também foram alvos das ações.

Entre os mandados de busca e apreensão, estavam as residências do prefeito e do secretário municipal de Obras e Serviços. Também foi alvo de busca e apreensão a empresa Fortaleza Ambiental Gerenciamento de Resíduos Sólidos, bem como sócios e pessoas ligadas à administração da empresa por suspeita de envolvimento em esquema de pagamento de propina similar ao identificado na primeira fase da

Operação Rubi, deflagrada em 8 de maio deste ano.

Durante a Operação Rubi II foram apreendidos documentos, celulares, passaportes dos investigados, pendrives e computadores. A partir da agora, os integrantes do MPES vão analisar os materiais apreendidos e os depoimentos de investigados e testemunhas que serão colhidos nas próximas semanas.

FORAGIDO

A segunda fase da operação também visou cumprir uma nova ordem de prisão temporária contra o empresário José Carlos Marcondes Soares, que está foragido da Justiça desde maio. Logo após a primeira fase da Operação Rubi, José Carlos Marcondes Soares teve a prisão temporária convertida em preventiva pelo relator do processo no Tribunal de Justiça do Estado (TJES).

INVESTIGAÇÃO

As investigações colheram fortes indícios do envolvimento de agentes políticos e servidores municipais no recebimento de propina de empresários dos ramos de limpeza pública como contrapartida a benefícios financeiros em licitações e contratos e possível enri-

Fotos: Divulgação



quecimento indevido dos envolvidos.

Ao todo, cinco membros do Ministério Público (um procurador de Justiça e quatro promotores de Justiça)

coordenam os trabalhos, auxiliados por 22 agentes do Gaeco e policiais militares.

Os crimes investigados estão previstos no Decreto-Lei nº 201/67, na Lei nº

12.850/13 (organização criminosa), Lei nº 8.666/93 (fraude em licitações), Lei nº 9.613/98 (lavagem de dinheiro), além de corrupção ativa e passiva.

INVESTIGAÇÃO

MP afasta prefeito de Piúma na Operação Rubi II

O prefeito de Piúma, José Ricardo Costa, foi afastado da prefeitura por 90 dias. A medida faz parte da Operação Rubi II, deflagrada pelo Ministério Público na manhã de ontem, no sul do Espírito Santo.

A ação visa desarticular e colher provas relativas à atuação de uma organização criminosa construída para lesar cofres públicos do município de Piúma, por possível direcionamento licitatório em favor de pessoas jurídicas contratadas, pagamento de vantagem indevida a agentes públicos e superfaturamento de contratos administrativos de prestação de serviço público.

José Ricardo falou ao vivo pelo Facebook com a jornalista do Espírito Santo Notícias, Luciana Máximo, sobre o caso e disse que, apesar da investigação, não significa que ele seja culpado pelos crimes investigados. Além disso, lamenta a situação.

“Estou profundamente entristecido com isso. Ninguém quer ser alvo de uma busca e apreensão. Ademais, veio um comunicado de que não podemos nos aproximar da prefeitura, neste momento de investigação”, menciona.

Costa afirma que está solicitando retorno à prefeitura, porque, como ressaltou, nunca deixou de prestar as informações ao MP sempre que foi solicitado.

“A gente sabe que operações como essa são necessárias, buscas e apreensões são necessárias, mas todos os nossos procedimentos são publicados no nosso portal de transparência”, explica.

O prefeito alegou que não tem informações sobre o que dele está sendo investigado, e informou que duas empresas de coleta de lixo também são alvos da operação.

“Temos nossa consciência tranquila e respeitamos a decisão do afastamento. Vamos analisar o conteúdo e pedir o



José Ricardo falou ao vivo pelo Facebook com a jornalista do Espírito Santo Notícias, Luciana Máximo, sobre o caso

retorno”, menciona. A prefeitura ainda não se pronunciou oficialmente sobre o afastamento de José Ricardo.

Quem assume o município é a vice-prefeita Regina Martha Scherrer Rocha.

CACHOEIRO

Morre de infarto o corretor Carlos Alberto Marão

O corretor imobiliário Carlos Alberto Marão morreu no final da tarde desta quarta-feira (16). Ele foi encontrado já sem vida, debruçado sobre a mesa de seu escritório, em edifício no Centro de Cachoeiro, após sofrer um infarto.

“Hoje (quarta) o expediente terminou triste. Carlos Alberto Marão, uma figura humana espetacular, meu vizinho no trabalho, com quem diariamente eu tinha conversas super edificantes, hoje nos deixou, depois de um dia de trabalho. Que Deus o tenha, bem como conforto aos seus familiares nessa hora. Uma grande perda!”,

lamenta o advogado João Augusto Faria dos Santos.

Homem de visão, muito antes das atuais rede de imobiliárias interligadas na internet, conseguiu unir algumas das principais corretoras de imóveis em Cachoeiro para publicações conjuntas de classificados em jornais da cidade, na chamada Bolsa de Imóveis, no final dos anos 1990. O grupo ficou ativo por mais de uma década, mas ruiu quando Marão decidiu se aposentar do ramo.

“Marão era um homem generoso. É, além de tudo, um apaixonado por Cachoeiro. Vivia a pensar soluções para a cidade e a estimular



Ele foi encontrado já sem vida, debruçado sobre a mesa de seu escritório

iniciativas que colaborarem para o seu desenvolvimento. É alguém que já faz muita falta”, lamenta o jornalista Wagner Santos.

O velório ocorreu no cemitério Parque, no bairro IBC. O sepultamento aconteceu no cemitério do Coronel Borges.

COLUNA FEU ROSA

Obras de areia

Dia desses, lendo o jornal "Monitor", lá de Uganda, deparei-me com uma matéria singular. Tratava da inteligência - escassa, diga-se de passagem - que norteia algumas obras públicas daquele país.

Eis o título da matéria, em tradução livre: "Reparar as vias sem corrigir os problemas de drenagem é perda de tempo". Registrou-se, ainda, que "a qualidade dos serviços é extremamente ruim". Observou-se, então, que por conta da ação das águas "alguns dos reparos já estão se desmanchando, expondo o solo abaixo".

Mais à frente o autor do texto, um certo John Kaka, lança uma série de questionamentos: "Por que não reparar as vias à noite ou durante os finais de semana? É de senso comum que nossas vias já são estreitas e insuficientes para o trânsito que suportam. No entanto, são bloqueadas em dias úteis. O resultado: dolorosos engarrafamentos". Para piorar, "o asfalto seque tem tempo de consolidar-se, pois imediatamente é aberto ao tráfego".

Esta matéria deixou-me curioso. Será que alguém, ao fim do cabo, já se preocupou em reduzir a números os prejuízos decorrentes da péssima qualidade de algumas obras públicas? Decidi realizar uma pequena pesquisa a respeito.

O que encontrei foi escandaloso: segundo o respeitado Banco Mundial nada menos que "US\$ 4,2 trilhões poderiam ser economizados nos países

de baixa e média renda se as obras de infraestrutura fossem mais resistentes". De forma mais específica, calculou-se que a cada US\$ 1 investido na qualidade das obras de infraestrutura outros US\$ 4 serão economizados.

Alertou-se, a propósito, para o fato de que estes números não virão apenas da redução dos reparos a serem feitos - virão, principalmente, do melhor desempenho da economia, menos sujeita aos entraves e limitações que uma infraestrutura ruim acarreta.

Chamou-me a atenção no estudo, de forma especial, uma frase do presidente daquela instituição: "Infraestrutura de boa qualidade não é algo relativo apenas a vias, pontes ou energia. É algo afeto a pessoas. Investir na qualidade da infraestrutura significa destravar oportunidades econômicas para as pessoas, proporcionando um futuro mais seguro, inclusivo e próspero para todos".

Agora levante-se. Vá à janela. Contemple o cenário que se descortina. E, silenciosamente, fique a meditar sobre nossos irmãos lá de Uganda.

.....
PEDRO VALLS FEU ROSA
Desembargador do TJES

OPERAÇÃO RUBI II

Justiça afasta prefeito e secretário em Piúma

Vitória – O prefeito de Piúma, José Ricardo Pereira da Costa, e o secretário de Obras e Serviços, André Layber Miranda, foram afastados dos cargos por 90 dias. Além deles, todos os investigados nesta nova fase da Operação Rubi II, do Ministério Público do Espírito Santo (MPES), estão proibidos de entrar nas dependências da Prefeitura de Piúma. Conforme mensagem enviada à Rede TC pela assessoria do MPES, o prefeito, o secretário e mais dois investigados também tiveram os bens indisponibilizados pela Justiça. "Ao todo, dez pessoas foram alvos da Operação Rubi II", afirma a assessoria do Ministério Público.

Por meio da Subprocuradoria-Geral de Justiça Judicial e do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), com o apoio

do Núcleo de Inteligência da Assessoria Militar do MPES e da Polícia Militar, o MPES deflagrou nesta quinta-feira (17) a segunda fase da Operação Rubi. "O objetivo é desarticular e colher provas relativas à atuação de uma organização criminosa constituída para lesar os cofres públicos do município de Piúma por possível direcionamento licitatório em favor de pessoas jurídicas contratadas, pagamento de vantagem indevida a agentes públicos e superfaturamento de contratos administrativos de prestação de serviço público" – afirma o MPES.

De acordo com a assessoria do Ministério Público, a operação consistiu no cumprimento de dois mandados de afastamento funcional de agentes públicos, quatro mandados de proibição de acesso às dependências de órgãos públicos, e 12 manda-

dos de busca e apreensão pelos agentes do Gaeco, sendo três em Piúma, dois em Linhares, um em Vila Velha, dois em Cariacica, um em Cachoeiro de Itapemirim, três em Anchieta, emitidos pelo juízo da 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo. Residência de investigados e de empresa e sócios suspeitos de integrar o esquema também foram alvos das ações.

Entre os mandados de busca e apreensão, estavam as residências do prefeito e do secretário municipal de Obras e Serviços. Também foi alvo de busca e apreensão uma empresa que atua com gerenciamento de resíduos sólidos. Durante a Operação Rubi II foram apreendidos documentos, celulares, passaportes dos investigados, pen-drives e computadores. A partir da agora, os integrantes do

MPES vão analisar os materiais apreendidos e os depoimentos de investigados e testemunhas que serão colhidos nas próximas semanas.

Ao todo, cinco membros do Ministério Público (um procurador de Justiça e quatro promotores de Justiça) coordenam os trabalhos, auxiliados por 22 agentes do Gaeco e policiais militares.

FORAGIDO

A segunda fase da operação visou também cumprir uma nova ordem de prisão temporária contra um empresário que está foragido da Justiça desde maio. "Logo após a primeira fase da Operação Rubi, o empresário teve a prisão temporária convertida em preventiva pelo relator do processo no Tribunal de Justiça do Estado", explica.

Caso Thayná: dois anos após o crime, mãe desabafa: palavras são insuficientes (Polícia)

Thayná Andressa de Jesus morreu há exatamente dois anos . A ossada da menina foi encontrada em um brejo de Viana , depois de ser sequestrada, estuprada e morta, aos 12 anos.

Além da dor de perder a filha de forma tão brutal, a mãe dela, Clemilda Aparecida de Jesus, chora por até hoje o julgamento do acusado pela polícia, Ademir Lúcio Ferreira, de 55 anos, ainda não ter sido marcado. É difícil saber que eu tenho que matar um leão por dia todos os dias, enquanto ele vive bem, sabe? Ele come, ele bebe, ele dorme, ele passa por médico, ele tem direitos... E eu não tenho não , lamenta a Clemilda de Jesus.

Na casa de Clemilda, existem muitas lembranças de Thayná. Há fotos expostas na sala e a mãe da menina disse que elas não moravam no local, na época do crime. Quando se mudou para a casa atual, Clemilda levou tudo que havia no quarto da filha. Eu sinto falta dela o tempo todo. Eu vi ela me pedir a benção, eu vi ela me pedindo para fazer massagem em mim, ouvi ela falar para mim que me amava. Não tem palavras, sabe? As palavras são insuficientes para conseguir explicar. Ele acabou com a vida da minha filha e destruiu a minha junto , disse a mãe da Thayná.

As últimas imagens da menina viva, mostram quando Thayná entra em um carro. A polícia apontou que o veículo era de Ademir Ferreira. Pouco mais de um mês depois, o homem foi preso e já era considerado o principal suspeito de matar a menina. Não ter julgamento machuca muito. É muito dolorido você saber que alguém entra na sua vida abruptamente e destrói a sua vida , afirmou Clemilda.

O advogado que é assistente de acusação da família da Thayná, explicou que o julgamento de Ademir Ferreira não foi marcado ainda porque a defesa do acusado entrou com recurso no Tribunal de Justiça do Espírito Santo (**TJES**). Ele está questionando, na verdade, a pronúncia que foi feita em Viana. Eles discordaram da pronúncia e entraram com recurso no sentido de travar ou atrasar alguma coisa, parece que é isso. Não sei porque a defesa tem esse direito, o réu tem esse direito, e a gente tem que obedecer a lei. Mas, todas as provas, mostram que ele é o responsável pelo ato que aconteceu em Viana , explicou Jefferson Campana.

Na última quarta-feira (16), uma lei assinada pelo governador do Espírito Santo, Renato Casagrande, foi publicada e dá o nome de Thayná Andressa de Jesus a um trecho da rodovia BR-262, em Viana sede.

Outro lado

A reportagem não conseguiu localizar a defesa do acusado Ademir Lúcio Ferreira. De acordo com o andamento do processo no site do **Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES)**, ainda não há data marcada para o júri.

Com informações da repórter Milena Martins, da TV Vitória/Record TV!

Site:

<https://www.folhavoria.com.br/policia/noticia/10/2019/cao-thayna-dois-anos-apos-o-crime-mae-desabafa-palavras-sao-insuficientes>

Em defesa da mulher

HÉLIO DOREA

A Juíza de Direito Herminia Silveira Azoury, que é a Coordenadora Estadual da Mulher em Situação de **Violência Doméstica** e Familiar, e Nara Borgo, Secretária Estadual de Direitos Humanos, estão convidando para o evento "Promoção de Justiça Social - O enfrentamento às desigualdades de gênero no Espírito Santo". Isso acontecerá segunda-feira (21), às 13 horas, no nosso Tribunal de Justiça.

Site: folhavoria.com.br/social/helio-dorea/2019/10/18

Ex-deputado Luiz Durão é absolvido de acusação de estupro (Polícia)

O ex-deputado estadual Luiz Durão foi absolvido da acusação de estupro pela 2ª **Vara Criminal da Serra**. A informação foi repassada pelo advogado de defesa do ex-político. Durão foi preso em janeiro, após ser flagrado saindo de um motel na Serra, acompanhado de uma adolescente.

Na ocasião, ele chegou a afirmar que estava dando uma carona para a adolescente e parou no motel após sentir um desconforto intestinal. Ela, no entanto, negou a versão do ex-deputado e relatou que sofreu abuso e teve relações sexuais com ele por medo de uma possível reação.

No dia 15 de fevereiro, a defesa de Durão conseguiu um habeas corpus e ele passou a responder pelo crime em liberdade. O processo criminal corre em segredo de Justiça. O **Ministério Público** do Espírito Santo informou que vai recorrer da decisão.

Site:

<https://www.folhavoria.com.br/policia/noticia/10/2019/ex-deputado-luiz-durao-e-absolvido-de-acusacao-de-estupro>

Guarda Municipal de Vila Velha vai ter plano de carreira

ALEX PANDINI

17 DE OUTUBRO DE 2019

Author

Alex Pandini

Carreira

O prefeito de Vila Velha, Max Filho (PSDB), criou plano de carreira para a Guarda Municipal. A mensagem de lei, que já está na Câmara de Vereadores, estabelece, entre as diretrizes, mudança na progressão automática por antiguidade. O benefício de reajuste de 3% do salário será a cada dois anos e não três, como é atualmente.

Lotação esgotada

O deputado Danilo Bahiense (PSL), presidente da Comissão de Segurança da Assembleia Legislativa, protocolou na terça (15) ação civil pública no Fórum de Vila Velha contra a superlotação dos presídios instalados no bairro da Glória, com embasamento jurídico do procurador-geral da Ales, Rafael Teixeira de Freitas.

Lotação esgotada II

Dados de setembro da própria Secretaria Estadual de Justiça (Sejus) dão conta de que, no Instituto de Reabilitação Social (IRS), há quase o dobro do número de presos - capacidade de 88, com 161 internos. Na Casa de Custódia de Vila Velha (Casucvv), que comporta 305, há 342.

Rubi II

A 2ª fase da operação Rubi, do MPES, afastou por 90 dias o prefeito de Piúma, José Ricardo da Costa (PDT), e o secretário de obras dele, André Layber. Ambos são investigados, junto com mais oito pessoas, por crimes de fraude licitatória, superfaturamento de contratos de limpeza urbana e recebimento e pagamento de propina. A empresa Fortaleza Ambiental também é investigada. A produção do Folha Vitória procurou as defesas deles, mas só obteve resposta do prefeito, que disse não ter sido notificado oficialmente do afastamento.

Decisão

A defesa do ex-deputado federal Luiz Durão (PDT) diz que a 2ª **Vara Criminal da Serra** o absolveu da acusação de estupro de uma adolescente. Preso em flagrante no dia 4 de janeiro, ao sair de um motel com a jovem, Durão responde em liberdade desde 15 de fevereiro.

Decisão II

O caso segue em sigilo de Justiça. A defesa da adolescente criticou o vazamento e disse que só vai se pronunciar após ter conhecimento dos autos do processo. O MPES divulgou nota em que confirma que o recurso contra a decisão, que consta no sistema online do **TJES**, é de sua autoria.

Frente

O deputado estadual Hércules Silveira, o Doutor Hércules (MDB), conseguiu o número de assinaturas necessárias para criar a Frente Parlamentar para Doenças Raras. O objetivo, segundo Hércules, é "ampliar as políticas públicas de inclusão para essas pessoas".

Conexão SP

O prefeito de Itapemirim, Thiago Peçanha (PSDB), articula projetos da área da saúde em parceria com São Paulo. Recentemente, o assessor Pedro Paulo Biccias Júnior foi a Sampa afinar os bigodes com o superintendente de Saúde do governo de João Dória, Wilson Polara.

Conexão SP II

São dois projetos: um de SP que Itapemirim adotou - com atendimento noturno em clínica geral, odontologia, nutrição e psicologia - e outro que o município do litoral sul capixaba está exportando para São Paulo - sobre saúde bucal.

Patrimônio gastronômico

O governador Renato Casagrande (PSB) anunciou nesta quinta (17) que vai sancionar o projeto da deputada Janete de Sá (PMN) que declara a Ilha das

Caieiras patrimônio gastronômico e cultural imaterial do Estado do Espírito Santo.

Site:

folhavoria.com.br/politica/blogs/bastidores/2019/10/175

21/

Homem que furtou carteira de colega de trabalho é condenado no ES

Por Redação

A 3ª **Vara Criminal** de Colatina condenou um homem, acusado de furtar a carteira de um colega de trabalho, a um ano de reclusão.

O suspeito teria se aproveitado do fato de dividir o mesmo armário que a vítima para cometer o crime.

Entre os pertences subtraídos estavam R\$ 120,00 em espécie e cartões de banco; os quais foram utilizados para contrair um empréstimo de R\$ 1.450,00 e para fazer compras em restaurante e farmácia.

De acordo com a denúncia do **Ministério Público** Estadual, o requerido teria agido com abuso de confiança; uma vez que ele e a vítima compartilhavam a mesma chave do armário para guardar seus pertences no local de trabalho.

Entre a documentação apresentada como prova do caso estão extratos do cartão bancário; as imagens do acusado retirando dinheiro do terminal de autoatendimento e depoimentos de testemunhas.

"Na empresa havia um armário com gavetas; cada empregado tinha uma gaveta; a gaveta não tinha tranca, mas o armário (no qual ficavam as gavetas) era trancado; viu o extrato do cartão e sentiu falta de um dinheiro; olhou as imagens [do banco] e viu que era o réu quem fazia saques; [...] diante da constatação e das imagens, relatou os fatos ao patrão e o réu foi demitido da empresa", contou a vítima.

Cartão do Colega

Em contrapartida, o requerido afirmou que não teria furtado nem o dinheiro e nem o cartão do colega de trabalho. Segundo ele a própria vítima teria lhe dado o cartão para sacar o pagamento referente a um negócio firmado entre os dois.

"Que na época o declarante vendeu um aparelho celular para [o colega de trabalho] pelo valor de R\$ 800,00 reais, [...] o declarante procurou [a vítima] e o mesmo deu o cartão e senha do banco [...] para o declarante retirar os R\$ 800,00 reais; Que o declarante foi no banco e como estava com raiva [da vítima] pelo atraso do pagamento do celular, não sacou os R\$ 800,00 reais como combinado [...], mas agindo de má-

fé, o declarante fez um empréstimo de R\$ 1.450,00 reais no caixa rápido do banco [...] Que o declarante gastou todo o dinheiro não se recordando com que [...] não se recordando se jogou o cartão fora ou devolveu o cartão", narrou a parte requerida.

Cartão de crédito

Segundo o juiz, restou devidamente comprovado que após furtar a carteira contendo R\$120,00 e cartões bancários, o requerido realizou um empréstimo no valor de R\$ 1.450,00; bem como fez compras com o cartão de crédito da vítima em um restaurante, uma lanchonete e uma farmácia. Juntas, as compras totalizaram R\$140,06.

Desta forma, o magistrado entendeu que o suspeito cometeu quatro crimes de furto, sendo um empréstimo e três compras com cartão da vítima. "Quanto à incidência da qualificadora do abuso de confiança (art. 155, §4º, II, do CP) no furto dos objetos pessoais, dentre eles a carteira da vítima, tenho que não restou demonstrado nos autos [...] o fato de o réu ter acesso ao local de guarda dos bens da vítima não decorreu de uma relação de confiança mútua entre estes, mas sim de uma prática determinada pela empresa", justificou.

Em sentença, o juiz condenou o requerido a um ano de reclusão; pena que foi substituída por duas restritivas de direitos, as quais serão definidas pelo juízo da execução.

Fonte: Tribunal de Justiça do ES

Site:

<https://www.folhadoes.com/noticia/judiciario/56422/homem-que-furtou-carteira-colega-trabalho-condenado-no-es>

TJES - Pleno declara inconstitucional lei que obriga a anexar foto de medidor em conta de luz

O Pleno do **Tribunal de Justiça do Estado** do Espírito Santo (**TJES**) julgou, nesta quinta-feira, 17, uma ação direta de inconstitucionalidade (ADI), ajuizada pelo governador do Espírito Santo em razão de suposta inconstitucionalidade da lei estadual nº 10.998/2019, que impõe às concessionárias de energia elétrica do Estado a obrigação de apresentar, impressa na conta de luz ou em folha anexa, a fotografia do equipamento de aferição de consumo no momento da leitura técnica. A lei estadual foi promulgada pela Assembleia Legislativa do Espírito Santo, que é ré na ação.

O relator da ADI, desembargador **Willian Silva**, entendeu que houve vício formal e material na elaboração da norma legislativa, o que a torna inconstitucional. Houve violação direta na competência privativa da união para legislar sobre energia elétrica, concluiu o magistrado.

No voto de relatoria, o desembargador **Willian Silva** julgou procedente o pedido proposto pelo Governador do Estado do Espírito Santo, declarando a lei estadual nº 10.998/2019 inconstitucional, e foi acompanhado pelo Tribunal Pleno, à unanimidade.

Além da ação direta de inconstitucionalidade nº 0018756-97.2019.8.08.0000, foram julgados durante a sessão ordinária desta quinta-feira, 17, conflitos de competência, agravos internos e regimentais, mandados de segurança, reclamações e outros recursos interpostos na 2ª instância estadual do Poder **Judiciário Capixaba**.

Fonte: **Tribunal de Justiça do Estado** de Espírito Santo

Site:

http://www.sintese.com/noticia_integra_new.asp?id=450594

TJES - Banco deve indenizar mulher negativada devido a um cartão de crédito que nunca utilizou

Um banco foi condenado a pagar R\$ 5 mil em indenização a uma cliente que teve seu nome incluído no cadastro de inadimplentes. Segundo a autora, ela nunca usou o cartão de crédito que foi motivo da sua negativação. A decisão é da 1ª Vara de Baixo Guandu.

De acordo com a requerente, ela havia solicitado um cartão de crédito de um site de compras, o qual é administrado pelo banco requerido. Após o seu recebimento, a autora sequer teria vindo a desbloqueá-lo e, muito menos, a realizar qualquer compra com ele. Contudo, ela relata que teria começado a receber mensagens de texto do requerido lhe cobrando valores de fatura. Além disso, ela recebeu uma notificação de que teria uma dívida e, ainda, de que seu nome seria inserido no rol de inadimplentes devido ao não pagamento dela.

Por tais razões, a autora pediu que o banco fosse condenado a excluir tal dívida, bem como a não inserir seu nome no cadastro de restrição ao crédito e, por fim, ao pagamento de indenização por danos morais.

Em contestação, o requerido afirmou que a dívida cobrada se refere ao valor da anuidade do cartão de crédito, cobrança que é pautada independentemente do desbloqueio do cartão. Além disso, o banco também defendeu que o cartão foi utilizado e, conseqüentemente, que as cobranças são pertinentes.

Em análise do caso, a juíza alegou que a situação deveria ser analisada com base no Código de Defesa do Consumidor e, por tais motivos, defendeu que caberia ao réu comprovar que a autora havia desbloqueado o cartão e ainda o utilizado.

Ocorre que o banco requerido não juntou nenhuma prova de que o cartão foi utilizado, tampouco de seu desbloqueio [?]. O banco alega que a cobrança de anuidade é possível, independentemente do desbloqueio do cartão [?]. Neste particular, entendo que não assiste razão ao réu, já que a jurisprudência vem entendendo que é abusiva a cobrança de anuidade de cartão que permaneceu bloqueado, afirmou a magistrada.

Assim, a juíza entendeu que a situação danifica a

reputação da autora, uma vez que causaria abalo a sua credibilidade e idoneidade. Por tais razões, a magistrada condenou o requerido a declarar a inexistência de débito e a pagar R\$ 5 mil em indenização por danos morais.

Processo nº 0000609-36.2018.8.08.0007

Fonte: **Tribunal de Justiça do Estado** de Espírito Santo

Site:

http://www.sintese.com/noticia_integra_new.asp?id=450593

Capixaba será indenizado em R\$ 5 mil após vender videogame e não receber (Região norte)

Um morador de Linhares, na região Norte do Estado, ganhou na justiça o direito de receber o valor referente ao pagamento de um videogame que ele vendeu por meio de um site nacional de compra e venda na internet. O processo foi julgado pelo 2º **Juizado Especial Cível** da cidade.

Na ação, o autor alega que vendeu um Xbox 360 no site da empresa, mas não recebeu o valor do produto vendido. Segundo o vendedor, ele enviou o produto ao comprador e recebeu os e-mails de confirmação normalmente após a transação.

Por outro lado, a empresa responsável pelo site de compra e venda alegou que o autor assumiu o risco de enviar o produto sem sequer observar os requisitos de segurança do site, não utilizando uma ferramenta de recebimento disponível pela plataforma. A empresa ainda afirmou que o autor teria sido vítima de fraude, pois os e-mails que ele recebeu teriam vindo de cadastros falsos.

Após analisar o processo, o juiz Wesley Sandro Campana dos Santos, entendeu que o site não forneceu os meios seguros para o anúncio, pois permitiu que terceiros tivessem acesso aos dados do vendedor em sua plataforma. "Ao realizar cadastro no requerido, para permitir usufruir dos serviços, o autor fornece os dados para confirmações de pagamento, inclusive e-mails. Estes dados são de responsabilidade da parte requerida em relação a guarda. Havendo falha que permitiu o acesso de terceiros fraudadores aos e-mails cadastrados pelo autor, certo estou que a referida falha ocorreu por culpa da requerida", explicou.

Na decisão, o magistrado julgou procedente o pedido e condenou a empresa responsável pelo site ao pagamento de R\$ 953,90 a título de indenização por danos materiais e R\$ 5 mil de indenização por danos morais. Todos os valores com juros e correção monetária.

"O sucesso do requerido no mercado nacional é exatamente a promessa/propaganda de tratar-se de site seguro para o serviço que oferta. havendo falha, esta não pode ser lançada sobre o consumidor,

devendo, a requerida, arcar com ônus da falha do serviço, pois os bônus da promessa de segurança (muitos clientes) cobrem o risco da falha cometida", destacou na sentença.

Site: <https://www.agazeta.com.br/es/norte/capixaba-sera-indenizado-em-r-5-mil-apos-vender-videogame-e-nao-receber-1019>

Barra de São Francisco é homenageada na Ales

Por Wanderley Araújo

Os 76 anos de fundação de Barra de São Francisco foram comemorados durante sessão solene realizada pela Assembleia Legislativa. Houve a entrega de comendas e outras homenagens a personalidades que fazem parte da história do município, localizado no Noroeste capixaba e com população de 45 mil habitantes.

Um dos moradores mais antigos de Barra de São Francisco, Pedro Castilho, de 89 anos, integrou a lista dos contemplados. Ele contou que cresceu junto com o desenvolvimento do município:

"Nasci na roça, mas depois fui para a cidade. Arranjei emprego no comércio e logo montei meu próprio negócio. Fui um empresário bem-sucedido na indústria têxtil", contou.

Castilho afirmou que é grato a Barra de São Francisco por tudo que o município lhe deu na vida, principalmente os amigos: "Fui ligado ao comércio e à política de Barra de São Francisco; depois de toda essa experiência que a vida me deu tenho a certeza de que o mais importante na vida não é status e nem poder, mas os amigos".

O desembargador do Tribunal de Justiça (**TJES**), Carlos Simões, que nasceu em Barra de São Francisco, prestigiou o evento. Ele contou que seus pais foram desbravadores do município, numa época perigosa e cheia de desafios, pois os pioneiros conviveram com o Contestado, conflito entre Minas Gerais e o Espírito Santo provocado pela disputa de terras na Região Noroeste do estado.

"Eles (os pioneiros) foram capixabas guerreiros, que lutaram na defesa de nossa terra. Temos o orgulho de descender desse povo que ajudou muito a construir a história não apenas da região noroeste, mas de todo o Espírito Santo", citou.

O proponente da solene, deputado Enivaldo dos Anjos (PSD), que tem base eleitoral em Barra de São Francisco, explicou que a intenção do evento era homenagear personalidades que ajudaram no desenvolvimento da cidade: "Muitos tiveram e outros continuam tendo grande relevância na construção de Barra de São Francisco nos aspectos político, social,

econômico, cultural e religioso", disse

Economia

O deputado destacou que a economia do município, que até os anos 80 era baseada na agropecuária, especialmente na cafeicultura, diversificou-se com a introdução da indústria de exploração e beneficiamento de rochas ornamentais.

Enivaldo acrescentou que, segundo cálculos do setor, mais de 50 empresas estabelecidas em Barra de São Francisco estão exportando cerca de US\$ 400 milhões por ano em rochas.

"Temos rochas para serem exploradas por mais uns 500 anos; a indústria do granito é o nosso petróleo", afirmou, acrescentando que as rochas brutas, in natura, têm exportações estimadas em US\$ 190 milhões por ano.

Conforme Enivaldo dos Anjos, o setor emprega 19 mil pessoas na Região Noroeste, sendo mais de 11 mil em Barra de São Francisco. Enivaldo lembrou que Barra de São Francisco está entre os 10 municípios mais importantes do estado, sendo o 12º em número de eleitores.

O presidente da Assembleia Legislativa, Erick Musso (Republicanos), frisou a importância da homenagem: Este é um reconhecimento de uma instituição que representa o povo capixaba. Que essa homenagem renove as energias de todos vocês para continuarem nesse trabalho de transformar Barra de São Francisco num município cada vez mais pujante, destacou Erick.

A deputada Iriny Lopes (PT) também prestigiou o evento e disse que gosta muito de visitar Barra de São Francisco. O município é muito hospitaleiro e recebe a todos com calor humano e alegria, citou.

O prefeito de Barra de São Francisco, Alencar Marim, classificou de histórico o evento no Parlamento capixaba: "Agradecemos por esse reconhecimento e pela oportunidade de reunirmos várias gerações de pessoas nascidas em Barra de São Francisco e que muito contribuíram e ainda estão contribuindo para o nosso desenvolvimento", declarou.

História do município

Barra de São Francisco foi criado pela Lei 15.177, de 31 de outubro de 1943, desmembrado de São Mateus, com a sua instalação efetivada em 1º de março de 1944.

A data oficial escolhida para seu aniversário, entretanto, foi 4 de outubro, Dia de São Francisco de Assis, padroeiro da cidade.

A região começou a ser povoada em 1927, quando um grupo de lavradores procedentes de Minas Gerais, Colatina e São Mateus, à procura de terras devolutas, estabeleceu-se na confluência dos rios São Francisco e Itaúnas.

Em 1928, a cafeicultura, então presente no sul do estado, expandiu-se e levou mais lavradores para a região.

Um edital publicado em 1937 declarando que a região do Rio Mantena pertencia a Minas Gerais deu início a um conflito que durou quase 30 anos. Minas invadiu a região e soldados foram enviados para lá, tratando com violência os moradores de São Sebastião, o que gerou um protesto do Espírito Santo junto ao então presidente Getúlio Vargas.

Os conflitos da Região do Contestado se acentuaram e somente foram resolvidos em 1963, quando os governos do Espírito Santo e de Minas Gerais celebraram o acordo que definiu as divisas na região.

O povoado de Gabriel Emílio, hoje Mantena, ficou no estado mineiro, apesar de estar localizado mais perto da sede do município capixaba.

Lista dos homenageados

Comenda Daniel Alves

Comenda Maurício de Oliveira

Comenda Hélio Valentim Sarlo

Comenda Juiz Alexandre Martins de Castro Filho

Medalha Edmar Guimarães

Comenda Rubem Braga

Medalha Wilmar Barroso

Comenda José Gilberto de Barros Faria

Comenda José de Anchieta Fontana

Comenda Monsenhor Rômulo Neves Balestreiro

Comenda Paulo Vinhas

Certificados

Site:

<https://www.al.es.gov.br/Noticia/2019/10/38062/barra-de-sao-francisco-e-homenageada-na-ales.html>

Prefeito e secretário de Obras de Piúma são afastados do cargo por 90 dias durante Operação Rubi II

O prefeito de Piúma, José Ricardo Pereira da Costa (PDT), e o secretário municipal de Obras e Serviços, André Layber Miranda, foram afastados dos cargos por 90 dias. Além do prefeito e do secretário de Obras e Serviços, todos os investigados nesta nova fase da operação estão proibidos de entrarem nas dependências da Prefeitura de Piúma.

O prefeito, o secretário e mais dois investigados também tiveram os bens indisponibilizados pela Justiça, atendendo pedido do MPES. O prefeito também está proibido de acessar dependências de órgãos públicos. Com o afastamento, a vice-prefeita Marta Scherer assume as funções do Executivo.

Ao todo, dez pessoas foram alvos da Operação Rubi II deflagrada na manhã desta quinta-feira (17), por meio da Subprocuradoria-Geral de Justiça Judicial e do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), com o apoio do Núcleo de Inteligência da Assessoria Militar do MPES e da Polícia Militar.

A operação consistiu no cumprimento de dois mandados de afastamento funcional de agentes públicos, quatro mandados de proibição de acesso às dependências de órgãos públicos, e 12 mandados de busca e apreensão pelos agentes do Gaeco, sendo três em Piúma, dois em Linhares, um em Vila Velha, dois em Cariacica, um em Cachoeiro de Itapemirim, três em Anchieta, emitidos pelo juízo da 2ª Câmara Criminal do **Tribunal de Justiça do Estado** do Espírito Santo. Residência de investigados e de empresa e sócios suspeitos de integrar o esquema também foram alvos das ações.

Entre os mandados de busca e apreensão, estavam as residências do prefeito e do secretário municipal de Obras e Serviços. Também foi alvo de busca e apreensão a empresa Fortaleza Ambiental Gerenciamento de Resíduos Sólidos, bem como sócios e pessoas ligadas à administração da empresa por suspeita de envolvimento em esquema de pagamento de propina similar ao identificado na primeira fase da Operação Rubi, deflagrada em 8 de maio deste ano.

Durante a Operação Rubi II foram apreendidos documentos, celulares, passaportes dos investigados, pendrives e computadores. A partir de agora, os integrantes do MPES vão analisar os materiais apreendidos e os depoimentos de investigados e testemunhas que serão colhidos nas próximas semanas.

Foragido

A segunda fase da operação também visou cumprir uma nova ordem de prisão temporária contra o empresário José Carlos Marcondes Soares, que está foragido da Justiça desde maio. Logo após a primeira fase da Operação Rubi, José Carlos Marcondes Soares teve a prisão temporária convertida em preventiva pelo relator do processo no **Tribunal de Justiça do Estado (TJES)**.

Investigação

As investigações colheram fortes indícios do envolvimento de agentes políticos e servidores municipais no recebimento de propina de empresários dos ramos de limpeza pública como contrapartida a benefícios financeiros em licitações e contratos e possível enriquecimento indevido dos envolvidos.

Ao todo, cinco membros do **Ministério Público** (um procurador de Justiça e quatro promotores de Justiça) coordenam os trabalhos, auxiliados por 22 agentes do Gaeco e policiais militares.

Os crimes investigados estão previstos no Decreto-Lei nº 201/67, na Lei nº 12.850/13 (organização criminosa), Lei nº 8.666/93 (fraude em licitações), Lei nº 9.613/98 (lavagem de dinheiro), além de corrupção ativa e passiva.?

O objetivo da operação é desarticular e colher provas relativas à atuação de uma organização criminosa constituída para lesar os cofres públicos do município de Piúma por possível direcionamento licitatório em favor de pessoas jurídicas contratadas, pagamento de vantagem indevida a agentes públicos e superfaturamento de contratos administrativos de prestação de serviço público.

Veja fotos das operação:

Site: <https://www.aquinoicias.com/2019/10/prefeito-de-piuma-e-afastado-do-cargo-por-90-dias-durante-ii-fase-da-operacao-rubi/>

Caso Thayná: dois anos após o crime, mãe desabafa: 'palavras são insuficientes'

Thayná Andressa de Jesus morreu há exatamente dois anos. A ossada da menina foi encontrada em um brejo de Viana, depois de ser sequestrada, estuprada e morta, aos 12 anos.

Além da dor de perder a filha de forma tão brutal, a mãe dela, Clemilda Aparecida de Jesus, chora por até hoje o julgamento do acusado pela polícia, Ademir Lúcio Ferreira, de 55 anos, ainda não ter sido marcado. "É difícil saber que eu tenho que matar um leão por dia todos os dias, enquanto ele vive bem, sabe? Ele come, ele bebe, ele dorme, ele passa por médico, ele tem direitos. E eu não tenho não", lamenta a Clemilda de Jesus.

Na casa de Clemilda, existem muitas lembranças de Thayná. Há fotos expostas na sala e a mãe da menina disse que elas não moravam no local, na época do crime. Quando se mudou para a casa atual, Clemilda levou tudo que havia no quarto da filha. "Eu sinto falta dela o tempo todo. Eu vi ela me pedir a benção, eu vi ela me pedindo para fazer massagem em mim, ouvi ela falar para mim que me amava. Não tem palavras, sabe? As palavras são insuficientes para conseguir explicar. Ele acabou com a vida da minha filha e destruiu a minha junto", disse a mãe da Thayná.

As últimas imagens da menina viva, mostram quando Thayná entra em um carro. A polícia apontou que o veículo era de Ademir Ferreira. Pouco mais de um mês depois, o homem foi preso e já era considerado o principal suspeito de matar a menina. "Não ter julgamento machuca muito. É muito dolorido você saber que alguém entra na sua vida abruptamente e destrói a sua vida", afirmou Clemilda.

O advogado que é assistente de acusação da família da Thayná, explicou que o julgamento de Ademir Ferreira não foi marcado ainda porque a defesa do acusado entrou com recurso no Tribunal de Justiça do Espírito Santo (**TJES**). "Ele está questionando, na verdade, a pronúncia que foi feita em Viana. Eles discordaram da pronúncia e entraram com recurso no sentido de travar ou atrasar alguma coisa, parece que é isso. Não sei porque a defesa tem esse direito, o réu tem esse direito, e a gente tem que obedecer a lei. Mas, todas as provas, mostram que ele é o responsável pelo ato que aconteceu em Viana", explicou Jefferson Campana.

Na última quarta-feira (16), uma lei assinada pelo governador do Espírito Santo, Renato Casagrande, foi publicada e dá o nome de Thayná Andressa de Jesus a um trecho da rodovia BR-262, em Viana sede.

Outro lado

A reportagem não conseguiu localizar a defesa do acusado Ademir Lúcio Ferreira. De acordo com o andamento do processo no site do **Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES)**, ainda não há data marcada para o júri.

Fonte: Folha Vitória

Continua depois da Publicidade:

Site: <https://bananalonline.com.br/caso-thayna-dois-anos-apos-o-crime-mae-desabafa-palavras-sao-insuficientes/>

Prefeito de Piúma é afastado por 90 dias após operação do MP

O **Ministério Público** do Estado do Espírito Santo (MPES), por meio da Subprocuradoria-Geral de Justiça Judicial e do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), com o apoio do Núcleo de Inteligência da Assessoria Militar do MPES e da Polícia Militar, deflagrou nesta quinta-feira (17/10) a Operação Rubi II.

O objetivo é desarticular e colher provas relativas à atuação de uma organização criminosa constituída para lesar os cofres públicos do município de Piúma por possível direcionamento licitatório em favor de pessoas jurídicas contratadas, pagamento de vantagem indevida a agentes públicos e superfaturamento de contratos administrativos de prestação de serviço público.

Fotos da Operação

O prefeito de Piúma, José Ricardo Pereira da Costa, e o secretário municipal de Obras e Serviços, André Layber Miranda, foram afastados dos cargos por 90 dias. Além do prefeito e do secretário de Obras e Serviços, todos os investigados nesta nova fase da operação estão proibidos de entrarem nas dependências da Prefeitura de Piúma. O prefeito, o secretário e mais dois investigados também tiveram os bens indisponibilizados pela Justiça, atendendo pedido do MPES. Ao todo, dez pessoas foram alvos da Rubi II.

A operação consistiu no cumprimento de dois mandados de afastamento funcional de agentes públicos, quatro mandados de proibição de acesso às dependências de órgãos públicos, e 12 mandados de busca e apreensão pelos agentes do Gaeco, sendo três em Piúma, dois em Linhares, um em Vila Velha, dois em Cariacica, um em Cachoeiro de Itapemirim, três em Anchieta, emitidos pelo juízo da 2ª Câmara Criminal do **Tribunal de Justiça do Estado** do Espírito Santo. Residência de investigados e de empresa e sócios suspeitos de integrar o esquema também foram alvos das ações.

Entre os mandados de busca e apreensão, estavam as residências do prefeito e do secretário municipal de Obras e Serviços. Também foi alvo de busca e apreensão a empresa Fortaleza Ambiental Gerenciamento de Resíduos Sólidos, bem como sócios e pessoas ligadas à administração da empresa

por suspeita de envolvimento em esquema de pagamento de propina similar ao identificado na primeira fase da Operação Rubi, deflagrada em 8 de maio deste ano.

Durante a Operação Rubi II foram apreendidos documentos, celulares, passaportes dos investigados, pendrives e computadores. A partir de agora, os integrantes do MPES vão analisar os materiais apreendidos e os depoimentos de investigados e testemunhas que serão colhidos nas próximas semanas.

Foragido

A segunda fase da operação também visou cumprir uma nova ordem de prisão temporária contra o empresário José Carlos Marcondes Soares, que está foragido da Justiça desde maio. Logo após a primeira fase da Operação Rubi, José Carlos Marcondes Soares teve a prisão temporária convertida em preventiva pelo relator do processo no **Tribunal de Justiça do Estado (TJES)**.

Investigação

As investigações colheram fortes indícios do envolvimento de agentes políticos e servidores municipais no recebimento de propina de empresários dos ramos de limpeza pública como contrapartida a benefícios financeiros em licitações e contratos e possível enriquecimento indevido dos envolvidos.

Ao todo, cinco membros do **Ministério Público** (um procurador de Justiça e quatro promotores de Justiça) coordenam os trabalhos, auxiliados por 22 agentes do Gaeco e policiais militares.

Os crimes investigados estão previstos no Decreto-Lei nº 201/67, na Lei nº 12.850/13 (organização criminosa), Lei nº 8.666/93 (fraude em licitações), Lei nº 9.613/98 (lavagem de dinheiro), além de corrupção ativa e passiva.

Confira como funcionava o esquema

Informações dos presos na operação

Operação Rubi: contratos investigados somam mais de R\$ 150 milhões

MPES apresenta a primeira denúncia contra investigados na Operação Rubi

Operação Rubi: mantida prisão preventiva e prorrogado para 180 dias o afastamento dos investigados

Fonte: MPES

Site: <https://www.portaln1.com.br/prefeito-de-piuma-e-afastado-por-90-dias-apos-operacao-do-mp/>

Luiz Durão é absolvido de acusação de estupro

O ex-deputado estadual Luiz Durão acabou sendo absolvido de uma acusação de estupro pela 2ª **Vara Criminal da Serra**. Luiz Durão foi preso em janeiro deste ano, depois de ser flagrado deixando um motel na Serra, acompanhado de uma menor de idade.

Naquela ocasião, Luiz Durão alegou que estava dando uma carona para a menor e parou no motel depois de sentir um desconforto no estômago. Contudo, a menina negou a fala do ex-parlamentar e disse que teria sofrido abusos e que os dois teriam se envolvido em relações sexuais.

A defesa do ex-deputado conseguiu um habeas corpus no último dia 15 de fevereiro e o político passou a responder em liberdade. O processo está correndo em segredo de Justiça e, o **Ministério Público** do Espírito Santo (MPES) já informou que deverá recorrer da decisão.

Direto da Redação

Rede SIM

Site: <https://www.simnoticias.com.br/luiz-durao-e-absolvido-de-acusacao-de-estupro/>

Ônibus Rosa do Juizado Itinerante da Lei Maria da Penha em Mimoso do Sul nesta sexta

Nesta sexta-feira (18), o Ônibus Rosa estará em frente ao Fórum, onde os habitantes da cidade poderão buscar informações sobre a rede de suporte à mulher, numa ação educativa de prevenção à violência. No local, há a presença de psicólogos, assistentes sociais e representantes do Conselho Tutelar.

No Salão do Júri da Comarca, a juíza Lara Carrera Arrabal Klein também atua em cerca de 45 audiências, a fim de dar mais celeridade ao julgamento de processos relacionados à violência doméstica e familiar contra a mulher. Enquanto aguardam as audiências, as partes têm acesso a palestras e vídeos sobre o tema.

E, para fortalecer as ações de prevenção, as servidoras da Justiça Estadual Maria Inês Martins Veltri Costa e Renata Guizan Corrêa Leão ainda conversaram, na última quinta-feira (17), com estudantes da rede pública de ensino do município em um bate-papo sobre a **violência contra a mulher** em seus diversos aspectos, com ênfase para o respeito e a cultura de paz.

Fonte: [TJES](#)

Site: <https://www.simnoticias.com.br/onibus-rosa-do-juizado-itinerante-da-lei-maria-da-penha-em-mimoso-do-sul-nesta-sexta/>

Linharense será indenizado em R\$ 5 mil após vender videogame e não receber (Últimas Notícias)

Um morador de Linhares ganhou na justiça o direito de receber o valor referente ao pagamento de um videogame que ele vendeu por meio de um site nacional de compra e venda na internet. O processo foi julgado pelo 2º **Juizado Especial Cível** da cidade. Na ação, o autor alega que vendeu um Xbox 360 no site da empresa, mas não recebeu o valor do produto vendido. Segundo o vendedor, ele enviou o produto ao comprador e recebeu os e-mails de confirmação normalmente após a transação.

Por outro lado, a empresa responsável pelo site de compra e venda alegou que o autor assumiu o risco de enviar o produto sem sequer observar os requisitos de segurança do site, não utilizando uma ferramenta de recebimento disponível pela plataforma. A empresa ainda afirmou que o autor teria sido vítima de fraude, pois os e-mails que ele recebeu teriam vindo de cadastros falsos.

Após analisar o processo, o juiz Wesley Sandro Campana dos Santos, entendeu que o site não forneceu os meios seguros para o anúncio, pois permitiu que terceiros tivessem acesso aos dados do vendedor em sua plataforma. Ao realizar cadastro no requerido, para permitir usufruir dos serviços, o autor fornece os dados para confirmações de pagamento, inclusive e-mails. Estes dados são de responsabilidade da parte requerida em relação a guarda.

Havendo falha que permitiu o acesso de terceiros fraudadores aos e-mails cadastrados pelo autor, certo estou que a referida falha ocorreu por culpa da requerida", explicou. Na decisão, o magistrado julgou procedente o pedido e condenou a empresa responsável pelo site ao pagamento de R\$ 953,90 a título de indenização por danos materiais e R\$ 5 mil de indenização por danos morais. Todos os valores com juros e correção monetária.

Fonte: Portal de Notícias A Gazeta

Site:

<https://www.sitedelinhares.com.br/noticias/geral/linharense-sera-indenizado-em-r-5-mil-apos-vender-videogame-e-nao-receber>

Prefeito e secretário de obras são afastados do cargo, em Piúma

Redação Multimídia ESHOJE

Curta, comente e compartilhe!

O prefeito de Piúma, José Ricardo Pereira da Costa, e o secretário municipal de Obras e Serviços, André Layber Miranda, foram afastados dos cargos por 90 dias. Os dois são investigados por fraude em licitações no município.

Operação busca dados e afasta servidores por fraudes de licitações em Piúma

Além do prefeito, todos os investigados nesta nova fase da operação "Rubi II", deflagrada nesta quinta-feira (17), pelo **Ministério Público** do Estado do Espírito Santo (MPES), estão proibidos de entrar nas dependências da Prefeitura de Piúma.

O prefeito, o secretário e mais dois investigados também tiveram os bens não disponibilizados pela Justiça, atendendo pedido do MPES. Ao todo, dez pessoas foram alvos da "Rubi II".

Fora cumpridos dois mandados de afastamento funcional de agentes públicos, quatro mandados de proibição de acesso às dependências de órgãos públicos, e 12 mandados de busca e apreensão pelos agentes do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco): três em Piúma e Anchieta, dois em Linhares, um em Vila Velha, dois em Cariacica, além de um em Cachoeiro de Itapemirim, emitidos pelo juízo da 2ª Câmara Criminal do **Tribunal de Justiça do Estado** do Espírito Santo.

Os mandados de busca e apreensão incluem a casa dos investigados e empresas de sócios suspeitos de integrar o esquema, entre elas a Fortaleza Ambiental Gerenciamento de Resíduos Sólidos.

Durante a Operação Rubi II foram apreendidos documentos, celulares, passaportes dos investigados, pendrives e computadores.

A partir da agora, os integrantes do MPES vão analisar os materiais apreendidos e os depoimentos de investigados e testemunhas que serão colhidos nas próximas semanas.

De acordo com o MPES, a 2ª fase da operação

também visou cumprir uma nova ordem de prisão temporária contra o empresário José Carlos Marcondes Soares, que está foragido da Justiça desde maio.

Logo após a 1ª fase da Operação "Rubi", José Carlos Marcondes Soares teve a prisão temporária convertida em preventiva pelo relator do processo no **Tribunal de Justiça do Estado (TJES)**.

Investigação

As investigações colheram fortes indícios do envolvimento de agentes políticos e servidores municipais no recebimento de propina de empresários dos ramos de limpeza pública como contrapartida a benefícios financeiros em licitações e contratos e possível enriquecimento indevido dos envolvidos.

Ao todo, cinco membros do **Ministério Público** (um procurador de Justiça e quatro promotores de Justiça) coordenam os trabalhos, auxiliados por 22 agentes do Gaeco e policiais militares.

Os crimes investigados estão previstos no Decreto-Lei nº 201/67, na Lei nº 12.850/13 (organização criminosa), Lei nº 8.666/93 (fraude em licitações), Lei nº 9.613/98 (lavagem de dinheiro), além de corrupção ativa e passiva.

Site: <http://eshoje.com.br/prefeito-e-secretario-de-obras-sao-afastados-do-cargo-em-piuma/>

Justiça absolve ex-deputado Luiz Durão da acusação de estupro

Rubia Scopel

JUSTIÇA, ABSOLVE, SEGUNDA VARA CRIMINAL,
NA SERRA, MPES, MINISTÉRIO PÚBLICO DO
ESTADO,

Multimídia:

**<http://midia.smi.srv.br/video/2019/10/18/TVVITRIARECOR>
DES-07.51.11-07.53.14-1571397141.mp4**

Afastamento do prefeito de Piúma

TAG: GAECO, MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESPÍRITO SANTO, PAGAMENTO DE PROPINA, INVESTIGAÇÃO, PREFEITO DE PIÚMA, PRISÃO DE PREFEITA, PREFEITA DE PRESIDENTE KENNEDY, PAGAMENTOS SUPERFATURADOS, ROYALTIES, SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA,

Multimídia:

**<http://midia.smi.srv.br/video/2019/10/18/TVGAZETAAGL>
[OBOES-07.50.12-07.50.56-1571396493.mp4](#)**

Dois anos da morte de Thainá e acusado não foi julgado

Milena Martins

HOMICÍDIO, THAINA, ESTUPRO, TJES, TRIBUNAL DE JUSTIÇA,

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/video/2019/10/18/TVVITRIARECORDES-07.30.15-07.35.20-1571396329.mp4>

Flagrantes mostram esquema de corrupção investigado pelo Ministério Público

TAG: GAECO, MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESPÍRITO SANTO, PAGAMENTO DE PROPINA, INVESTIGAÇÃO, PREFEITO DE PIÚMA, PRISÃO DE PREFEITA, PREFEITA DE PRESIDENTE KENNEDY, PAGAMENTOS SUPERFATURADOS, ROYALTIES, SUPERIOR **TRIBUNAL DE JUSTIÇA**, TRIBUNAL DE CONTAS DO ESPÍRITO SANTO,

Multimídia:

**<http://midia.smi.srv.br/video/2019/10/18/TVGAZETAAFGL>
OBOES-07.06.07-07.10.40-1571394716.mp4**

Superior Tribunal de Justiça negou pedido para que assassino de ex-governador fosse solto

TAG: SUPERIOR **TRIBUNAL DE JUSTIÇA**, PEDIDO DE LIBERDADE, **ASSASSINO**, CRIME, CÍDADE DE VITÓRIA,

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/video/2019/10/18/TVGAZETAAGL>

OBOES-07.03.37-07.04.05-1571394359.mp4

Ex-deputado foi absolvido de acusação de estupro

TAG: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESPÍRITO SANTO, ABSOLVIÇÃO, EX-DEPUTADO, ESTUPRO DE VULNERÁVEL, MOTEL NA SERRA, SEGUNDA VARA CRIMINAL DA SERRA, PROCESSO,

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/video/2019/10/18/TVGAZETAAFGL>

[OBOES-06.56.39-06.57.55-1571393419.mp4](#)

Suspeito de matar criança em Viana ainda não foi julgado e mãe espera condenação de suspeito

TAG: CRIANÇA ASSASSINADA, ESTUPRO DE VULNERÁVEL, VIANA, ACUSADO, JULGAMENTO, PALÁCIO DA JUSTIÇA, **TRIBUNAL DE JUSTIÇA** DO ESPÍRITO SANTO, PROCESSO EM SEGREDO DE JUSTIÇA, SEJUS,

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/video/2019/10/18/TVGAZETAAGL>
OBOES-06.11.06-06.14.18-1571390816.mp4

Dois anos após desaparecimento de criança em Viana família ainda espera por justiça

TAG: CRIANÇA ASSASSINADA, ESTUPRO DE VULNERÁVEL, VIANA, ACUSADO, JULGAMENTO, PALÁCIO DA JUSTIÇA, **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESPÍRITO SANTO**, PROCESSO EM SEGREDO DE JUSTIÇA, SEJUS,

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/video/2019/10/18/TVRECORDNEW>

SES-18.21.12-18.22.53-1571397561.mp4

Justiça nega habeas corpus para assassino de ex-governador

TAG: SUPERIOR **TRIBUNAL DE JUSTIÇA**, PEDIDO DE LIBERDADE, ASSASSINO, CRIME, CÍDADE DE VITÓRIA,

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/video/2019/10/18/TVRECORDNEW>

SES-18.07.46-18.08.35-1571397322.mp4

Prefeito de Piúma é afastado do cargo por 90 dias

TAG: GAECO, MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESPÍRITO SANTO, PAGAMENTO DE PROPINA, INVESTIGAÇÃO, PREFEITO DE PIÚMA, PRISÃO DE PREFEITA, PREFEITA DE PRESIDENTE KENNEDY, PAGAMENTOS SUPERFATURADOS, ROYALTIES, SUPERIOR **TRIBUNAL DE JUSTIÇA**, TRIBUNAL DE CONTAS DO ESPÍRITO SANTO,

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/video/2019/10/18/TVRECORDNEWSES-18.04.03-18.06.17-1571397188.mp4>

Prefeito de Piúma, ES, é alvo de operação do Ministério Público

TAG: GAECO, MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESPÍRITO SANTO, PAGAMENTO DE PROPINA, INVESTIGAÇÃO, PREFEITO DE PIÚMA, PRISÃO DE PREFEITA, PREFEITA DE PRESIDENTE KENNEDY, PAGAMENTOS SUPERFATURADOS, ROYALTIES, SUPERIOR **TRIBUNAL DE JUSTIÇA**, TRIBUNAL DE CONTAS DO ESPÍRITO SANTO,

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/audio/2019/10/18/RDIOCBNVITRIA925FMES-09.37.41-09.37.57-1571407950.mp3>

Defesa do ex-deputado Luis durão informou que ele foi absolvido pela segunda vara criminal da Serra

TAG: ABSOLVIÇÃO, EX-DEPUTADO, ESTUPRO DE
VULNERÁVEL, MOTEL NA SERRA, SEGUNDA
VARA CRIMINAL DA SERRA, PROCESSO,

Multimídia:

**[http://midia.smi.srv.br/audio/2019/10/18/RDIOCBNVITRIA
925FMES-09.36.03-09.36.22-1571407211.mp3](http://midia.smi.srv.br/audio/2019/10/18/RDIOCBNVITRIA925FMES-09.36.03-09.36.22-1571407211.mp3)**

Homem condenado por matar advogado do ES há 27 anos é preso no Acre

TAG: PRISÃO, ACRE, CONDENADO,
ASSASSINATOS, PRIMEIRA VARA CRIMINAL DE
VITÓRIA, TERCEIRA VARA CRIMINAL DA SERRA,

Multimídia:

**[http://midia.smi.srv.br/audio/2019/10/18/RDIOCBNVITRIA
925FMES-09.36.22-09.36.51-1571407321.mp3](http://midia.smi.srv.br/audio/2019/10/18/RDIOCBNVITRIA925FMES-09.36.22-09.36.51-1571407321.mp3)**

Comitiva participa de solenidade em homenagem aos 76 anos de Barra de São Francisco

O Prefeito Alencar Marim, juntamente com uma comitiva composta por servidores municipais, participou na noite desta quinta-feira, 17 de outubro de 2019, na Assembleia Legislativa, da solenidade de comemoração do 76º aniversário de emancipação de Barra de São Francisco.

Na solenidade foram homenageadas dezenas de personalidades que contribuíram significativamente para o desenvolvimento do município francisquense.

As comendas foram entregues aos homenageados e/ou seus familiares pelo Prefeito Alencar Marim, o Deputado Enivaldo dos Anjos e o Ex-prefeito Waldeles Cavalcante.

No final do evento um coquetel foi servido aos presentes.

DAVI CÂNDIDO PEREIRA NATURAL DE BARRA DE SÃO FRANCISCO, DAVI CÂNDIDO PEREIRA NASCEU EM 29 DE DEZEMBRO DE 1962 E AINDA NOVO TRABALHOU NA LAVOURA PARA AJUDAR SUA FAMÍLIA. SEMPRE DETERMINADO, DAVI NÃO PAROU DE LUTAR PELOS SEUS SONHOS. EM 1996 ELE COMEÇOU A ATUAR COMO CORRETOR DE IMÓVEIS NA REGIÃO E, COM MUITO ORGULHO, DESEMPENHA A PROFISSÃO ATÉ OS DIAS DE HOJE.

FLÁVIO WANDERSON DE OLIVEIRA NATURAL DE BARRA DE SÃO FRANCISCO, FLÁVIO ESTEVAM, COMO É CONHECIDO, JUNTAMENTE COM O SEU IRMÃO MONTOU UMA BANDA DE ROCK, A BANDA SKOOPA, E ASSIM LEVOU O NOME DA CIDADE PARA O TODO O ESTADO, EM FESTIVAIS DE MÚSICA. ATUALMENTE, ELE FAZ APRESENTAÇÕES SOLO EM EVENTOS NO MUNICÍPIO DE BARRA DE SÃO FRANCISCO E NA REGIÃO.

ISRAELE DE SOUZA E SILVA NASCIDA EM MANTENA/MG, NO DIA 19 DE MAIO DE 1987, AINDA MUITO NOVA SUA FAMÍLIA SE MUDOU PARA BARRA DE SÃO FRANCISCO. INCENTIVADA PELO PAI GENESSY, DESDE PEQUENA ISRAELE ENVOLVEU-SE COM A MÚSICA, COMEÇANDO

PELO VIOLÃO. MAIS TARDE TORNOU-SE PROFESSORA DE EDUCAÇÃO MUSICAL, FORMADA PELO CONSERVATÓRIO BRASILEIRO DE MÚSICA DO RIO DE JANEIRO, COM LICENCIATURA EM ARTES E PÓS-GRADUAÇÃO EM MÚSICA. COMO CANTORA E INSTRUMENTISTA, PARTICIPOU COMO BACK VOCAL NO STUDIO RDO, TOCOU BATERIA E CANTOU PARA BANDAS DE VARIADOS GÊNEROS EM DESTAQUES DA REGIÃO, COMO AS BANDAS SKOPPA E DONA ROSA. EM 2014, PARTICIPOU DAS AUDIÇÕES DO THE VOICE BRASIL E HOJE TEM CD LANÇADO COM MÚSICAS AUTORAIS COM O PROJETO "ISRAELLE CÂNDIDO".

ERY SILVA FORTES

NASCEU EM 04 DE ABRIL DE 1934, EM BAIXO GUANDU, MUDOU-SE EM 1950 PARA BARRA DE SÃO FRANCISCO. RECEBEU O TÍTULO DE CIDADÃ FRANCISQUENSE, TERRA QUE ESCOLHEU PARA VIVER E CONSTITUIR FAMÍLIA, AO LADO DE SEU ESPOSO HUGO VARGAS FORTES. MULHER À FRENTE DE SEU TEMPO, É UM EXEMPLO DE FORÇA, COM RELEVANTES SERVIÇOS PRESTADOS À COMUNIDADE, TANTO COMO TABELIÃ CARTORÁRIA QUANTO ESCRIVÃ ELEITORAL.

EDUARDO VIEIRA DE MOURA

NASCEU NO DIA 21 DE MARÇO DE 1986, EM BARRA DE SÃO FRANCISCO, FILHO DE CELILANDE VIEIRA DE MOURA E GILSON CARDOSO DE MOURA. EDUARDO SEMPRE FOI DE FAMÍLIA HUMILDE E BATALHADORA, TRABALHANDO DESDE OS NOVE ANOS DE IDADE, SEJA NO COMÉRCIO OU AJUDANDO O AVÔ, O SAUDOSO SADI MOEM MOURA, GARI MUNICIPAL. FOI GUARDINHA E SEMPRE ESTUDOU EM ESCOLA PÚBLICA. É ESCRIVENTE AUXILIAR NO CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL E TABELIONATO DA SEDE, ONDE COMEÇOU COM A FAMÍLIA VARGAS. FORMOU-SE EM DIREITO, COM PÓS GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA, DIREITO DE FAMÍLIA E SUCESSÕES, E DIREITO CIVIL E PROCESSO CIVIL, ALÉM DE CURSO TÉCNICO EM

TRANSAÇÕES IMOBILIÁRIAS. FOI TAMBÉM PROFESSOR EM CURSOS PROFISSIONALIZANTES NA ESCOLA ESTADUAL JOÃO XXIII.

HIRAN SABINO COIMBRA

NASCEU EM 25 DE JUNHO DE 1963 EM BELO HORIZONTE E, COM APENAS UM MÊS DE VIDA, HIRAN SABINO COIMBRA FOI LEVADO PARA MORAR EM BARRA DE SÃO FRANCISCO. AINDA JOVEM COMEÇOU A TRABALHAR NO CARTÓRIO DA FAMÍLIA COM SEU PAI, O SAUDOSO NARCISO COIMBRA. EM 1981, HIRAN MUDOU-SE PARA A CAPITAL E INGRESSOU NA FACULDADE DE DIREITO DE VITÓRIA. DE 1996 A 2011, HIRAN ATUOU COMO TITULAR DO CARTÓRIO DO 3º OFÍCIO DE NOTAS DE BARRA DE SÃO FRANCISCO, DENOMINADO DE CARTÓRIO COIMBRA. ATUALMENTE, ATUA NO RAMO EMPRESARIAL EM BARRA DE SÃO FRANCISCO.

JOÃO BATISTA FRAGA (in memorian)

NASCEU NO RIO DE JANEIRO EM 10 DE FEVEREIRO DE 1939. AOS 6 ANOS DE IDADE, CONTRAIU O VÍRUS DA POLIOMIELITE E, MESMO CONSEGUINDO SALVAR-SE, FICOU PARAPLÉGICO DOS MEMBROS INFERIORES. SUA VONTADE DE VIVER, COMPARTILHADA COM O SACRIFÍCIO E APOIO DOS PAIS, FEZ DELE UM PERSEGUIDOR INCANSÁVEL DE SEUS OBJETIVOS. COM MUITA LUTA, EM 1966 FORMOU-SE EM DIREITO E MUDOU-SE PARA TEÓFILO OTONI, MINAS GERAIS, PARA EXERCER A ADVOCACIA E DAR AULAS PARTICULARES DE PORTUGUÊS. EM 1972 PRESTOU CONCURSO DE JUIZ DE DIREITO E FOI APROVADO, COMEÇANDO MAIS UMA LUTA PESSOAL COM O MÉDICO AVALIADOR, QUE O CONSIDERAVA INAPTADO PARA EXERCER SUA PROFISSÃO.

EDSON MACHADO (in memorian)

NASCEU NO DIA 13 DE JANEIRO DE 1929, EM CARATINGA, MINAS GERAIS, ONDE CURSOU AS PRIMEIRAS LETRAS. AOS 14 ANOS, MUDOU-SE COM SUA FAMÍLIA PARA PANCAS, ONDE DEDICAVA-SE À LAVOURA. POSTERIORMENTE, COMPLETOU NO INTERNATO DO COLÉGIO AMERICANO BATISTA O CURSO SECUNDÁRIO. FORMOU-SE EM DIREITO PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. NOMEADO PARA EXERCER O CARGO DE PROMOTOR SUBSTITUTO EM 29/01/1965, ASSUMIU O EXERCÍCIO DO CARGO EM 10/03/1965 E, SENDO DESIGNADO PARA A COMARCA DE BARRA DE SÃO FRANCISCO, ASSUMIU-A EM 16/03/1965. NO ENTANTO,

AFASTOU-SE DO MINISTÉRIO PÚBLICO, CINCO DIAS DEPOIS, PARA EXERCER O MANDATO DE DEPUTADO ESTADUAL PELA PRIMEIRA VEZ. ALTERNOU SUA VIDA DE PROMOTOR COM QUATRO MANDATOS DE DEPUTADO ESTADUAL, TENDO PRESIDIDO A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA **ENTRE** 1979 E 1980. EDSON MACHADO APOSENTOU-SE COMO PROMOTOR DE JUSTIÇA EM JANEIRO DE 1999. FALECEU AOS 72 ANOS DE IDADE, EM 29 JUNHO DE 2001, ACOMETIDO DE UM INFARTO.

MILTRO JOSÉ DALCAMIN

NASCIDO NO MUNICÍPIO DE SANTA TEREZA, EM 3 DE NOVEMBRO DE 1946, FILHO DE OLÍVIO DALCAMIN E TEREZA DELFINO. EM 1977, FORMOU-SE EM DIREITO PELA FACULDADE DE DIREITO DE COLATINA (FADIC), E LOGO APÓS COMEÇOU A ADVOGAR. TORNOU-SE ESPECIALISTA EM DIREITO CIVIL E DIREITO PROCESSUAL CIVIL, DIREITO PENAL E DIREITO PROCESSUAL PENAL, DIREITO DO ESTADO E DIREITO TRIBUTÁRIO. **MESTRE** EM EDUCAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E COMUNICAÇÃO E DOUTOR EM CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS. EM 1982 FOI APROVADO EM CONCURSO PARA A MAGISTRATURA DO ESTADO DO ESPÍRITO. COMO JUIZ, ATUOU NAS COMARCAS DE BOA ESPERANÇA, BARRA DE SÃO FRANCISCO, ÁGUA DOCE DO NORTE, COLATINA E EM VITÓRIA. CRIOU, EM BARRA DE SÃO FRANCISCO, A CASA DO MENOR, COM A FINALIDADE DE ACOLHER E EDUCAR OS MENORES CARENTES DA COMUNIDADE. APOSENTADO, VOLTOU A ADVOGAR EM 2000 MILITANDO NAS ÁREAS DE DIREITO PÚBLICO: ADMINISTRATIVO E TRIBUTÁRIO, E DE DIREITO PRIVADO: EMPRESARIAL. **ENTRE** 2010 E 2015, FOI CONSELHEIRO DA **ORDÊM** DOS ADVOGADOS DO BRASIL.

VINICIUS XAVIER TEIXEIRA

NATURAL DE BARRA DE SÃO FRANCISCO, É POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL, DESDE 2004. GRADUADO EM DIREITO PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO - UFES, É PÓS-GRADUADO LATO SENSU EM DIREITO PÚBLICO E EM MINISTÉRIO PÚBLICO E DEFESA DA ORDEM JURÍDICA. DE 2006 A 2007 OCUPOU AS FUNÇÕES DE CHEFE DO NÚCLEO DE APOIO TÉCNICO DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL NO ESPÍRITO SANTO E DE CHEFE DO NÚCLEO DE POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA DELEGACIA DE LINHARES/ES. NO PERÍODO DE 2009 A 2014 FOI ASSESSOR DE NÍVEL SUPERIOR DE GABINETE E CONSULTOR

JURÍDICO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, PERÍODO EM QUE FOI INSTRUTOR DA ESCOLA DE CONTAS PÚBLICAS DAQUELA CORTE. CEDIDO PELO GOVERNO FEDERAL, DESDE JUNHO DE 2014 É SUBSECRETÁRIO DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DA SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL - SESP.

BRASILINO MALAQUIAS DE MORAIS (in memoriam)

FOI VEREADOR E PRESIDENTE DA CÂMARA DE BARRA DE SÃO FRANCISCO NOS ANOS DE 1971 E 1972. ENTROU PARA A POLÍCIA CIVIL E DEDICOU-SE À PROFISSÃO COM DENODO E PAIXÃO, EXERCENDO A FUNÇÃO DE ESCRIVÃO DE POLÍCIA. MUITO CONHECIDO NA CIDADE COMO BRASILINO, MORREU, TRAGICAMENTE, EM 30 DE ABRIL DE 1991, AO TENTAR INTERVIR E LIBERTAR REFÉM TOMADA EM ASSALTO À AGÊNCIA DO BANCO DO BRASIL DA CIDADE. NA OCASIÃO, MORRERAM NOVE PESSOAS, DENTRE ELAS SEIS ASSALTANTES, E SAÍRAM VÁRIOS FERIDOS. TEVE SEU GESTO DE DEFESA DA SOCIEDADE RECONHECIDO COM A DENOMINAÇÃO DO CMEI BRASILINO MALAQUIAS MORAIS, NA SEDE DO MUNICÍPIO.

VAL BERNARDINO

NASCIDA EM 23 DE SETEMBRO DE 1971, EM BARRA DE SÃO FRANCISCO, VAL BERNARDINO É FILHA DOS AGRICULTORES JESONIAS BERNARDINO E GUILHERMINA KAIZER E SEMPRE VIVEU COMO AGRICULTORA. ACREDITOU EM SEUS SONHOS E VIROU ESCRITORA, COM DESTAQUE PARA O LIVRO DE POEMAS AMORES SOFRÊNCIA, QUE LEVOU A AUTORA À BIENAL EM SÃO PAULO EM 2018. NO MESMO ANO, VAL GANHOU DESTAQUE POÉTICO PELO MÁGICO DE OZ. ESTE ANO PUBLICOU MAIS UMA OBRA - "O HOMEM DO SUSPENSÓRIO PRETO" - QUE ESTÁ NA ANTOLOGIA COM OS CEM MELHORES POETAS LUSÓFONOS CONTEMPORÂNEOS INTERNACIONAIS PELA LITERARTE. VAL BENARDINO É MEMBRO CORRESPONDENTE DA ACADEMIA DE LETRAS DE TEIXEIRA DE FREITAS (BA) E TAMBÉM ESCRITORA IMORTAL PELA DA ACADEMIA DE LETRAS POETAS TROVADORES - ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS DOS ESCRITORES ADVENTISTAS METROPOLITANA DE CAMPINAS-SP - ACADEMIA DE LETRAS DO BRASIL SECCIONAL REGIONAL METROPOLITANA DE CAMPINAS-SP - ACADEMIA MINEIRA DE BELAS ARTES DE BELO HORIZONTE - E MEMBRO DA FEDERAÇÃO BRASILEIRA DOS ACADEMICOS DAS CIÊNCIAS, LETRAS E ARTES.

MARIA DA PENHA GOMES LOPES (in memoriam)

MAIS CONHECIDA COMO DRA. PENHA, ATUAVA NA ÁREA DE ADVOCACIA EM ÁGUA DOCE DO NORTE, E POR MUITOS ANOS PRESTOU SERVIÇOS COMO ADVOGADA NA PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DE SÃO FRANCISCO. SEMPRE HUMILDE E MUITO RESPONSÁVEL, DRA. PENHA FEZ MUITOS AMIGOS POR ONDE PASSOU. FOI AUTORA, JUNTO COM A PROFESSORA MARLÍDIA ALVES DA SILVA, DO LIVRO QUE É REFERÊNCIA DA HISTÓRIA DA CIDADE: "O PASSADO E O PRESENTE DE BARRA DE SÃO FRANCISCO". FALECEU DIA 26 DE AGOSTO DE 2012 DEIXANDO UMA GRANDE LACUNA ENTRE SEUS AMIGOS.

ELCYR GONÇALVES DE CARVALHO

NASCIDO EM ÁGUA BRANCA EM 27 DE JULHO DE 1951, ELCYR GONÇALVES DE CARVALHO FOI LEVADO PARA MORAR EM BARRA DE SÃO FRANCISCO COM 6 MESES DE IDADE. ENGENHEIRO CIVIL APOSENTADO TRABALHOU NA PREFEITURA DE BARRA DE SÃO FRANCISCO POR 22 ANOS, TENDO UMA GRANDE FOLHA DE SERVIÇOS PRESTADOS À MUNICIPALIDADE.

MAULY MARTINS DA SILVA

NATURAL DE VITÓRIA (ES), NASCIDO NO DIA 6 DE SETEMBRO DE 1954. ANTES DE INGRESSAR NO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (MP-ES), TRABALHOU NO CARTÓRIO DO 3º OFÍCIO DA COMARCA DE BARRA DE SÃO FRANCISCO DE SETEMBRO DE 1968 A MARÇO DE 1973, ADVOGOU DE MAIO DE 1981 A NOVEMBRO DE 1991 E ATUOU NA CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE NOVEMBRO DE 1991 A MARÇO DE 1992. É CIDADÃO HONORÁRIO FRANCISQUENSE E AGUADOCENSE. GRADUADO EM DIREITO PELA FADIC, HOJE UNESC, NO ANO DE 1980 - APROVADO EM CONCURSO PELO MPES NO ANO DE 1989 - APOSENTOU-SE NO ANO DE 1997- EXERCE A ADVOCACIA DESDE O ANO DE 1977 - FOI PRESIDENTE DA 5ª SUBSEÇÃO DA **OAB/ES** POR QUATRO MANDATOS E **CONSELHEIRO ESTADUAL DA OAB/ES** POR DOIS MANDATOS. ATUALMENTE, CONTINUA RESIDINDO EM BARRA DE SÃO FRANCISCO.

WALTER FERNANDES DA SILVA

NASCIDO EM 17 DE FEVEREIRO DE 1961, EM BARRA DE SÃO FRANCISCO, WALTINHO ESTUDOU NAS ESCOLAS GOVERNADOR LINDENBERG, JOÃO BASTOS, JOÃO XXIII E COLÉGIO INDEPENDÊNCIA. DEPOIS, FORMOU-SE

EM DIREITO PELA UNESC COLATINA. FILHO DE TRADICIONAL FAMÍLIA FRANCISQUENSE, WALTER FERNANDES APRENDEU DESDE CEDO AS VIRTUDES DOS VALORES ÉTICOS E MORAIS EM QUALQUER ATIVIDADE. FEZ CONCURSO PARA A POLÍCIA CIVIL E ATUA COMO INVESTIGADOR.

FABRICIO COSER DA SILVA

NASCEU EM 21 DE OUTUBRO DE 1975, NATURAL DE BARRA DE SÃO FRANCISCO FILHO, DE IRIA COSER DA SILVA E WILSON PEREIRA DA SILVA. FORMADO EM RECURSOS HUMANOS PELA FACULDADE SÃO FRANCISCO. INSPETOR PENITENCIÁRIO CONCURSADO DESDE 2006, FABRÍCIO SEMPRE DESEMPENHADO SUAS ATIVIDADES COM ÉTICA E RESPONSABILIDADE.

PAULO ROBERTO GOMES FARIAS (POGITO)

CONHECIDO COMO POGITO, PAULO ROBERTO GOMES FARIAS NASCEU NO RIO DE JANEIRO E CHEGOU A BARRA DE SÃO FRANCISCO PARA JOGAR NO SANTOS FUTEBOL CLUBE, EM 1977, VINDO DE UMA BREVE PASSAGEM PELO SANTO ANTÔNIO, DA CAPITAL . UM MEIO CAMPO FORA DA MÉDIA, COM TALENTO INCOMPARÁVEL SEMPRE CONTRIBUIU COM SEU FUTEBOL POR ONDE PASSOU. TAMBÉM CHEGOU A JOGAR NOS JUNIORES DO BOTAFOGO-RJ, MAS SE DESTACOU MESMO NO SANTA CRUZ DE RECIFE TIME PELO QUAL CHEGOU A DISPUTAR O CAMPEONATO BRASILEIRO. POGITO CONTA QUE SEU CORAÇÃO ESTÁ EM BARRA DE SÃO FRANCISCO, ONDE TEM MUITOS AMIGOS E ONDE ESCOLHEU CONSTITUIR FAMÍLIA. EM 2018 RECEBEU O TÍTULO DE CIDADÃO FRANCISQUENSE POR TER CONTRIBUÍDO PELO DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO, PRESTANDO RELEVANTE SERVIÇO NO ÂMBITO ESPORTIVO.

DOWER GOMES FARIAS

NATURAL DO RIO DE JANEIRO, TAMBÉM MUDOU-SE PARA BARRA DE SÃO FRANCISCO PARA JOGAR NO SANTOS FUTEBOL CLUBE, O TERROR DO NORTE, NO ANO DE 1979. RECONHECIDO PELO SEU GRANDE TALENTO, FOI UM ZAGUEIRO REVELADO PELAS DIVISÕES DE BASE DO FLUMINENSE, DO RIO, E JOGAVA COM RARA INTELIGÊNCIA. ATUOU TAMBÉM EM VÁRIOS OUTROS TIMES PELO BRASIL, COMO MADUREIRA NO RIO DE JANEIRO, RIO NEGRO EM MANAUS E FERROVIÁRIO NO CEARÁ, MAS FOI EM BARRA DE SÃO FRANCISCO QUE ESCOLHEU FIXAR RESIDÊNCIA E CONSTITUIR FAMÍLIA. SEU TALENTO É SEMPRE LEMBRADO NAS REUNIÕES

DE EX-ATLETAS DO FLUMINENSE ONDE REENCONTRA SEUS ANTIGOS EX-COMPANHEIROS DE TIME. DOWER DEU GRANDE CONTRIBUIÇÃO PARA O ESPORTE CAPIXABA.

PADRE LUIZ CARLOS MENEGHETTI

NASCEU EM BARRA DE SÃO FRANCISCO EM 17 DE AGOSTO DE 1954, FILHO DOS AGRICULTORES LEONEL MENEGHETTI E JACYRA DE PAULA MENEGUETTI. DESDE CEDO TRABALHOU NA LAVOURA, SERRALHERIA E FABRICAÇÃO DE TIJOLOS DE BARRO PARA AJUDAR NO SUSTENTO DA FAMÍLIA. AOS 17 ANOS, EM CUMPRIMENTO AO CHAMADO DE DEUS, INGRESSOU NO SEMINÁRIO PASSIONISTA EM BARRA DE SÃO FRANCISCO. MAIS TARDE, INICIOU OS ESTUDOS EM TEOLOGIA NA PUC/MG, CONCLUINDO SEU CURSO NO INSTITUTO DE FILOSOFIA E TEOLOGIA DA ARQUIDIOCESE DE VITÓRIA-ES. EM 13 DE JANEIRO DE 1985, FOI ORDENADO PRESBITERO NA IGREJA MATRIZ DE BARRA DE SÃO FRANCISCO. DESDE A ORDENAÇÃO, O PADRE LUIZ CARLOS VIVE SUA VOCAÇÃO SACERDOTAL NO MEIO DO POVO PREGANDO E EVANGELIZANDO.

PADRE PAULO SERGIO VAILLANT

NASCEU EM BARRA DE SÃO FRANCISCO EM 18 DE OUTUBRO DE 1961, FILHO DO SR. ORÁCIO SÁ VAILLANT E MERCEDES JACINTA VAILLANT. FOI ORDENADO PADRE EM BARRA DE SÃO FRANCISCO NO DIA 03 DE OUTUBRO DE 1993 PELAS MÃOS DE DOM ALDO GERNA. ATUALMENTE ESTÁ MORANDO NA CIDADE DE SERRA - ES.

ALBUINO CUNHA DE AZEREDO (in memoriam)

ANTES DE TORNAR-SE GOVERNADOR DO ESPÍRITO SANTO, ALBUINO CUNHA DE AZEREDO CUMPRIU PRÓSPERA JORNADA DE VIDA. NASCIDO DE FAMÍLIA POBRE, EM VILA VELHA, DIA 21 DE JANEIRO DE 1945, FOI VENDEDOR AMBULANTE E JOGADOR DE FUTEBOL NO ATLÉTICO DE VILA VELHA, ONDE RECEBEU SEU PRIMEIRO SALÁRIO, E NO GLÓRIA. MAIS TARDE CONCLUIU O CURSO DE ENGENHARIA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO, TRANSFERIU-SE PARA O RIO DE JANEIRO E CURSOU INFORMÁTICA E ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS NA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA (1968-1969). NO INÍCIO DE 1990, ALBUINO INGRESSOU NO PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA (PDT) E FOI ELEITO GOVERNADOR DO ESPÍRITO SANTO EM SEGUNDO TURNO COM 51% DOS VOTOS

VÁLIDOS. COMO GOVERNADOR, ALBUINO DOOU PARA O MUNICÍPIO DE BARRA DE SÃO FRANCISCO A ÁREA ONDE FOI CONSTRUÍDA A ESCOLA AGRÍCOLA DENOMINADA "NORMILIA CUNHA DE AZEREDO". ALBUINO FALECEU NA MANHÃ DE 16 DE SETEMBRO DE 2018, DEIXANDO A VIÚVA, DONA VALDICEIA, TRÊS FILHOS E TRÊS NETOS.

JOSIAS VICENTE TEIXEIRA

Pastor desde o ano de 1977, Josias nasceu em Barra de São Francisco no dia primeiro de agosto de 1946.

Há 14 anos à frente de seu próprio programa na Rádio Barra 106.9 FM, Josias atua como pastor na Igreja Cristã Evangélica Casa de Oração e, durante 13 anos, foi diretor do abrigo de idosos "Davi José Rodrigues".

Presidiu o CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social, em Barra de São Francisco. Foi Secretário do Hospital Evangélico de Vila Velha durante quatro anos.

SAMPSON ALVES DA SILVA (SANSÃO) - in memorian

Natural de Lajinha do Chalé (MG), Sansão nasceu em 19 de agosto de 1947, filho de Mundinha e Gelcino Alves da Silva. Casado com Zezé Oggioni, em outubro de 1969, foi pai de Marpson e Graziella Oggioni Silva.

Figura conhecida na cidade, Sansão foi eleito vereador em 1988, com uma votação expressiva, assumindo posteriormente a Secretaria Municipal de Serviços. Ainda dentro do universo político, assumiu a função de Chefe de Gabinete na Câmara Municipal de Barra de São Francisco.

DEOLINDO SARMENGI - in memorian

Médico formado pela Faculdade de Medicina da UFES, em 1972, Deolindo nasceu em Ibiracu no dia 19 de Novembro de 1945. Em 1973 iniciou seu trabalho em Barra de São Francisco, quando assumiu a Direção do Hospital Municipal, desenvolvendo todo o processo de montagem e organização para o seu funcionamento.

Também em Barra de São Francisco, foi médico na Unidade Sanitária e no Sindicato Patronal. Atualmente dedica a vida aos seus três filhos e sete netos.

JOÃO ALBERTO (Neném Otto)

Mineiro de Resplendor, Neném Otto veio ao mundo em 29 de Abril de 1929. No ano de 1953, casou-se com Georgina Kruguel Alberto, no distrito de Vila

Fatura em São Gabriel da Palha.

Mudou-se para Barra de São Francisco três anos depois, onde ampliou sua família de onze filhos, 23 netos e 17 bisnetos.

Em 1960 construiu, em uma antiga plantação de arroz, seu próprio campo de futebol utilizando não mais que um enxadão e sementes de grama. Lar do time Vale Sete, também de sua autoria, o campo segue levando emoção a muitas pessoas, mesmo depois de sua passagem. (Tanto Neném Otto, quanto seus onze filhos, fizeram parte do time Vale Sete).

RONEY LACERDA

Formado em 1974, pelo curso de Medicina da Emescam, Roney Lacerda é natural de Afonso Cláudio e se estabeleceu em Barra de São Francisco no ano de 1983. Na época, desenvolveu as atividades de cirurgia geral e obstetrícia no Hospital Doutora Rita de Cássia, que hoje recebe o nome de Alceu Melgaço Filho.

Atuou diretamente no projeto Casa da Mulher, durante a gestão de Enivaldo dos Anjos à frente da Prefeitura. Foi Diretor Clínico por mais de 15 anos da Casa de Saúde Santa Mônica, onde atua ainda hoje como Cirurgião Geral. Lacerda também realiza procedimentos no Hospital Dr. Alceu Melgaço Filho.

ANTÔNIO VALLI - in memorian

Filho de imigrantes italianos, Antônio Valli nasceu em 07 de dezembro de 1922, no município de Itaperuna(RJ). Viveu sua juventude em Alegre (ES) e se mudou para Barra de São Francisco em 1953, ao se casar com Ely Bicalho Valli.

Ao lado de seus irmãos Olímpio e Juca, abriu a "Casa Valli", comércio varejista. Importante comerciante de café na cidade, Antônio foi vereador e eleito prefeito de Barra de São Francisco por duas vezes.

Pai de cinco filhos: Sérgio, Izabel, Suely, Antônio e Joanina, serviu ao município de Barra de São Francisco com compromisso, respeito e, sobretudo, amor.

ISABEL PIRES DA FONSECA ZON

Nascida em 8 de maio de 1957, na região onde hoje é o município de Águia Branca (ES). Isabel é filha de agricultores e foi com a família para Barra de São Francisco aos 15 anos.

Trabalhou no BRADESCO por nove anos antes de se casar e montar sua microempresa no setor de café.

Hoje vive como empresária autônoma em Barra de São Francisco e é mãe de três filhos.

ANÍZIO BLUNCK DE MORAES - in memorian

Natural de Alegre (ES), Anízio foi casado com a senhora Emiliana Gomes de Moraes, com quem teve oito filhos e 26 netos. Chegou a Barra de São Francisco em 1962, levando com ele parte da família e sua vontade de desbravar novas terras e investir no setor da pecuária.

Faleceu aos 82 anos, deixando para sua família e amigos um grande exemplo de homem digno e honesto.

SEBALDO SAAR

Nasceu na cidade de Chalé (MG), em oito de novembro de 1936. Filho de agricultores, veio para o Espírito Santo com 14 anos acompanhado da família e em busca de oportunidades de trabalho.

Em Vila Poranga, Distrito de Barra de São Francisco, se casou aos 22 anos construindo sua própria família, com esposa e três filhos. Mudou-se para o Córrego do Itá onde foi membro da Associação de Agricultores e vive até hoje. Foi vereador em Barra de São Francisco entre os anos de 1996 e 2000.

EDENILSON NUNES REIS

Nasceu em 29 de junho de 1966, na cidade de Mantena (MG). Viveu em Pancas (ES) até a adolescência e se formou em Recife (PE), pelo curso de Teologia do Seminário Presbiteriano de lá.

Se mudou para Barra de São Francisco em Janeiro de 1991, onde foi Presidente da Casa do Menor por dois anos, membro do Conselho Municipal de Saúde e pastor, durante 19 anos, da Igreja Presbiteriana de Barra de São Francisco

AMARINO RODRIGUES ALVES - in memorian

Amarino Rodrigues Alves nasceu no município de Alegre, sul do Estado do Espírito Santo, em 05 de fevereiro de 1931. Ainda jovem se mudou para o norte capixaba, estabelecendo-se primeiro em Águia Branca, onde desenvolveu a profissão de farmacêutico e se casou com Derly Ribeiro Alves (Dona Lili), com quem teve oito filhos.

Mudou-se para a cidade de Barra de São Francisco na década de 1960 e se dedicou intensamente ao comércio farmacêutico. Exerceu dois mandatos como vereador, em 1971 e 1981, época em que o cargo ainda não era remunerado.

ALMIR JOSÉ DALMAGRO - in memorian

Empresário, filho de imigrantes italianos, nasceu no dia 10 de dezembro de 1934 na cidade de Cachoeiro de Itapemirim-ES.

Em 1956, deu início a agropecuária no distrito Vila Itaperuna- Barra de São Francisco. Pioneiro na compra e venda de café, ganhou destaque e consolidou agropecuária nos municípios de Ecoporanga, Vila Pavão e Barra de São Francisco.

Já em 2003, deliberou as atividades para extração de rochas ornamentais, royalties, em uma de suas propriedades em Barra de São Francisco. Notoriedade para Granito Soft Yellow da Mineração Guidoni, uma das maiores rochas de granito do estado. Faleceu em 26 de junho 2015, mediante a um trágico acidente em uma de suas propriedades.

ALCEU MELGAÇO FILHO - in memorian

Filho de Alceu Melgaço e Siza Lopes de Farias, nasceu no dia 16 de Dezembro de 1947 na cidade de Amores-ES, cresceu em Barra de São Francisco, em 1974 formou na 2º turma da Emescan em Vitória-ES, em medicina, se especializou em pediatria, foi diretor do Hospital Estadual Drª Rita de Cassia Melgaço e Secretário de Saúde do município ao longo dos anos, faleceu em 13 de junho de 2011, aonde ainda prestava serviço para o município de Barra de São Francisco.

LUIZ AUGUSTO BARBOSA NASCIMENTO

Morador de Barra de São Francisco há 57 anos, Luiz Augusto é baiano da cidade de Poções, onde nasceu no dia 19 de novembro de 1949.

Começou a trabalhar no bar da família e, logo em seguida, em um conhecido escritório de Contabilidade, enquanto terminava seus estudos na mesma área. Já formado, abriu o seu próprio escritório e, nesse mesmo período, se casou com Leila Marília Acipreste Nascimento, com quem teve três filhas e cinco netos.

Luiz trabalhou na prefeitura durante 8 anos ajudando o município com sua capacidade administrativa. Abriu uma fábrica de bebidas, outra de roupas e construiu o Park Hotel Fazenda Paraíso, local reconhecido como ponto turístico da cidade e admirado por sua beleza.

WANTUIL RIBEIRO FAGUNDES - in memorian

Natural de Aimorés (MG), Wantuil Ribeiro Fagundes nasceu em primeiro de Janeiro de 1938 e se mudou para Barra de São Francisco na década de 1950.

Em 1958 se casou com Alair Martins Fagundes, a Dona "Lalá", com quem teve cinco filhos. Foi vereador e presidente da Câmara Municipal de Barra de São Francisco por dois mandatos e foi responsável pela gestão do Santos Futebol Clube, "O Terror do Norte".

Ficou conhecido pelo seu temperamento forte e sua incansável luta em favor do funcionalismo público e do esporte.

LEVY TEIXEIRA LIMA - in memorian

Cachoeirense de nascimento, se mudou ainda criança para Barra de São Francisco, onde trabalhou por muitos anos na prefeitura e foi candidato a prefeito por duas vezes. Foi casado com Maria de Almeida Lima, com quem teve quatro filhos e sete netos.

Pai da exploração do granito em Barra de São Francisco, Levy fomentou as primeiras pesquisas de campo em suas próprias terras e furou, por volta dos anos 60, as primeiras pedreiras na cidade. Foi proprietário de mais de 100 minas de granito na região.

WALDELES CAVALCANTE

Contador e funcionário público municipal, Waldeles iniciou sua carreira na contabilidade privada aos 17 anos de idade, só depois migrando para o serviço público. Atuou como educador no Curso Técnico de Contabilidade da Escola João XXIII, entre os anos de 1989 e 1993.

Filho de produtores rurais, é natural de Conselheiro Pena (MG) e nasceu no dia 20 de maio de 1960. Ainda criança, aos seis anos, se mudou com a família para Barra de São Francisco (ES) com sua família.

Prefeito de Barra de São Francisco por dois mandatos, Waldeles tem orgulho de ter se casado com Janete Cortes de Souza Cavalcante, com quem se tornou pai da arquiteta Marianne Cortes Cavalcante e do engenheiro Tássio Cortes Cavalcante.

ANDRE JUNIOR DE FREITAS (pastor André)

Filho de funcionários públicos municipais, André nasceu em Barra de São Francisco no dia 01 de janeiro de 1974. É casado com Vanilda Sathler da Silva Freitas, com quem tem dois filhos: Asafe Sathler de Freitas e Rebeca Sathelr Freitas.

Formado em Teologia pelo Seminário Presbiteriano do Norte, em Recife (PE), atua como pastor na Igreja Presbiteriana Betel, Bairro Campo Novo, em Barra de São Francisco. Desenvolve atividades nas áreas

espiritual, educacional e social, participando de atividades da sociedade Civil como presidente da Associação de Ministros Evangélicos de Barra de São Francisco.

É membro do Conselho Municipal de Saúde, Secretário de Apoio Pastoral do Sínodo Minas Espírito Santo.

NARCIZO COIMBRA - in memorian

Nasceu em 25 de março de 1932, na cidade de Resplendor (MG). Na década de 1940, se mudou com a família para Barra de São Francisco, onde se estabeleceram.

Casou-se com Maria Arlete Sabino Coimbra em 1955 e com ela teve quatro filhos. Trabalhou como caminhoneiro e posteriormente ingressou no poder judiciário como Tabelião, se aposentando na década de 1990.

Ingressou na Maçonaria em 1955, por influência de seu tio Adelino Coimbra, e nela exerceu vários cargos inclusive o de presidente da Loja 14 de Julho, de Barra de São Francisco.

DEJANIRA MARIA PEREIRA DE MORAES - in memorian

Nascida em 1934, no município de Lajinha do Chalé (MG), se mudou para Barra de São Francisco em 1971 ao lado de Calcerino Miguel de Moraes, com quem se casou na década de 1950 e teve nove filhos, netos e bisnetos.

Em sua nova cidade, enfrentou inúmeros desafios, mas com muita fé em Deus, coragem e apoio da família, se dedicou à culinária, profissão que exerceu com excelência para um público diverso.

Sempre atuante na comunidade, participava da igreja de seu bairro e esteve sempre presente nas decisões importantes da paróquia.

PEDRO CASTILHO

Pai de três filhos e casado com Marcina Isidora Pereira Castilho, Pedro Castilho nasceu em 1930 na cidade de Barra de São Francisco-ES. Desde muito novo já trabalhava e lutava para estudar na cidade, mesmo sendo morador da zona rural e tendo muitas vezes que caminhar quilômetros à pé e descalço para garantir seus estudos.

Com o tempo conseguiu emprego no comércio da cidade e, sempre muito observador, aprendeu sobre a venda de produtos têxteis e logo resolveu montar seu

próprio negócio no ramo.

Sempre muito ativo na política e na vida pública de Barra de São Francisco, ainda hoje, com 89 anos, Pedro se mantém inserido nas questões municipais e atua como importante empresário da Cidade.

JÚLIA CENIRA MOURA DE REZENDE - in memoriam

Júlia Cenira Moura de Rezende é natural de Colatina (ES). Nascida em 1927, foi professora no município e ainda por lá conheceu seu esposo Ozéias Pereira de Rezende. Em 1950 se casaram e foram para Barra de São Francisco.

Fixaram residência no bairro Vila Landinha, onde viveram e constituíram a sua família com 5 filhas e 2 filhos. Cenira amava a natureza e a terra: cultivava grandes hortas que abasteciam muitas famílias de Barra de São Francisco e que lhe permitiam ter sua própria renda.

Sempre lutou com fé e caridade para formar e preservar os valores morais e religiosos da família. Sua casa sempre esteve aberta aos necessitados e sempre trabalhou ativamente na igreja católica, ajudando inclusive a obter recursos para a construção da Matriz São Francisco de Assis.

Ao lado do esposo Ozéias doou o terreno onde funcionou, por muitos anos, o Colégio Santa Teresinha e também para a CESAN, que o utiliza ainda hoje.

DESEMBARGADORA JANETE VARGAS SIMÕES

Francisquense nascida em 8 de Abril de 1955, **Janete Vargas Simões** se torna desembargadora por mérito da carreira em 2014. Filha de Hugo de Vargas Fortes e Ery Silva Fortes, é graduada em Direito pela Universidade Federal do Espírito Santo e mestre em Direitos e Garantias Fundamentais pela Faculdade de Direito de Vitória - FDV.

Foi professora de Direito Penal, Processo Penal e Prática Jurídica em diferentes universidades do Estado e presidente da Associação de Magistrados do Espírito Santo - Amages, de 2002 a 2004.

MARLÍDIA ALVES DA SILVA

Nasceu em 4 de dezembro de 1937, na cidade de Vila Velha (ES). Filha de uma família simples, Marlídia teve como pais o senhor Manoel Victorino Alves e Hilda Fernandes Alves. Em 1955, formou-se como professora, indo exercer o magistério na Escola de Primeiro Grau Governador Lindemberg, em Barra de São Francisco. Em 1961, se casa com Aurecino Soares Silva, com quem teve Sérgio Eduardo Alves

Silva, único filho do casal.

Se aposentou em 1987, mas seguiu seus ideais atuando como Secretária de Educação em Barra de São Francisco e realizando pesquisas na área. Marlídia revolucionou a educação no interior do Estado ao criar materiais didáticos voltados para a realidade do campo e das pequenas cidades.

SAMUEL CARDOSO

Nascido em 18 de Setembro de 1932, Samuel Cardoso é natural de Pancas, noroeste do Estado. Aos 20 anos de idade se mudou para Barra de São Francisco para trabalhar como motorista de ônibus e Caminhões. Se estabeleceu como comerciante em 1960, profissão que exerceu até se aposentar, em 1983. Casou-se em 1959 com Doraci Lopes Cardoso, com quem teve cinco filhos, 11 netos e, até o momento, um bisneto.

PEDRO TALLES CRUZ PAES - in memoriam

Natural de Campos (RJ), Pedro Tallis Cruz Paes nasceu em uma família de renda baixa, no dia 29 de Junho de 1922. Com dificuldade, conseguiu ingressar na faculdade de Medicina de Niterói, onde se formou em 1950.

Casou-se com Annette em 1952 e, em 1958 já com dois filhos, mudou-se com todos para Barra de São Francisco onde começou seu trabalho na Casa de Saúde "Dr. Albuquerque". Estimulou e participou de inúmeros projetos sociais e inovadores na região, como a APAE de Barra de São Francisco, Casa do Idoso e outros.

Teve quatro filhos, dos quais três são médicos. Desempenhou sua profissão em Barra de São Francisco até o ano de 2002, quando faleceu.

SEBASTIÃO GERALDO OGGIONI

Filho de imigrantes italianos, Sebastião Geraldo Oggioni nasceu em 1958, no município de Nova Venécia (ES), em uma família de quatro irmãos e começou a empreender ainda criança, quando vendia picolés e churros nas praias de Conceição da Barra, norte do Estado.

Já na década de 1990 Investiu no ramo de alimentos, mas se sagrou com a construção de sua primeira concessionária Fiat, em Barra de São Francisco. O negócio prosperou, sendo hoje um grupo de 14 lojas de quatro diferentes montadoras, espalhadas entre Rio de Janeiro e Espírito Santo.

Casado com Rita Oggioni, é o pai de João e Julia

Oggioni, com quem formam uma família a que chama de seu "sonho mais lindo".

de-barra-de-sao-francisco.html

JAIME NERI DA SILVA - in memorian

Nascido em Pancas no dia 28 de Junho de 1938, Jaime Neri nasceu da união de João Antônio da Silva e Elizabeth Trozescke da Silva. Morou até seus oito anos no município de Águia Branca, se mudando logo depois para o distrito de Vila Paulista, em Barra de São Francisco, onde cresceu e se tornou um pequeno proprietário rural.

Casou-se com Leda Gomes de Souza, com quem teve três filhos e três netas, que vivem no município de Barra de São Francisco até os dias de hoje.

Amante do esporte e político nato, ingressou na política como vereador por três mandatos, chegando ao cargo de vice-prefeito na chapa de Enivaldo dos Anjos, chegando a assumir a prefeitura por alguns meses.

AUGUSTO EUGÊNIO SIGESMUNDO - in memorian

Nasceu em Mar de Espanha (MG), em 13 de agosto de 1900. Filho de Construtores, cresceu parte de uma família de sete irmãos.

Casou-se em dezembro de 1921 com Madalena Louback, com quem teve seus primeiros oito filhos. Após a morte de sua primeira esposa, em 1937, voltou a se casar e se mudou para o norte do Espírito Santo, onde teve cinco filhos.

Em 1951 se mudou para Barra de São Francisco, onde foi vereador e presidente da Câmara Municipal por dois mandatos, tendo inclusive assumido a prefeitura da cidade em 1962. Viveu na cidade até o fim da vida, em 1999.

DEGAZITO RIBEIRO DE ALMEIDA - in memorian

Nascido no município de Alegre, em abril de 1937, Degazito Almeida foi lavrador, católico de fé, se casou com Euvina Maria de Jesus e ao lado dela foi pai de dez filhos.

Em 1988 foi eleito vereador em Barra de São Francisco, trabalhando ao lado do jovem prefeito Enivaldo dos Anjos para levar melhorias ao interior do município.

Viveu seus últimos dias na localidade de Córrego São Pedro, em Barra de São Francisco.

Site: <https://sitebarra.com.br/novo/2019/10/comitativa-participa-de-solenidade-em-homenagem-aos-76-anos->

TRIBUNA LIVRE

FAYDA BELO



Mais proteção a vítimas de violência doméstica

Como é possível imaginar um futuro promissor para um país onde as mulheres são, dia a dia, fragilizadas pela violência? Como construir uma estrutura forte, com alicerces abalados? O Brasil é o quinto país onde mais se matam mulheres no mundo, apesar da Lei Maria da Penha, que em agosto completou 13 anos.

Não é que a norma seja ineficaz. Pelo contrário. Trata-se de uma “adolescente” que, sem dúvida, já salvou muitas vidas Brasileiras afora, mas que ainda precisa amadurecer. A lei precisa ser aperfeiçoada e acompanhada de mais políticas públicas de proteção às vítimas de violência doméstica.

Neste ano, três alterações importantes foram sancionadas, preenchendo algumas das lacunas que dificultam a plena proteção dessas mulheres. Em maio, a lei 13827/2019 alterou a Lei Maria da Penha, possibilitando que a concessão de medidas protetivas de urgência, que competia apenas a juízes, possa partir de delegados de polícia e policiais.

No início deste mês, foram sancionados outros dois projetos de lei. Um deles determina a suspensão do porte e/ou da posse de arma de fogo do agressor em até 48 horas após a ocorrência de violência doméstica chegar à Justiça. A aplicação não depende de avaliação do juiz responsável pelo caso. Isso contribui para evitar feminicídios, já que há muitos casos de agressores que matam a vítima após a primeira denúncia de agressão.

O outro projeto aprovado prevê que filhos de mulheres vítimas de violência tenham suas matrículas/transferências asseguradas em escolas públicas de educação básica. Isso quer dizer que o juiz poderá determinar que a instituição mais próxima do endereço domiciliar da vítima aceite o aluno, independentemente da existência de vaga.

Os dados da vítima e dos dependentes, pela lei, devem ser mantidos em sigilo no processo de matrícula, com acesso reservado ao juiz, ao Ministério Pú-

blico e a órgãos competentes do poder público. Com isso, a preocupação da mulher com a manutenção do filho na escola deixa de ser um impedimento para que ela mude de endereço, na busca por proteção e pela preservação da própria vida e da vida de seus filhos.

Esses avanços, entretanto, apesar de serem significativos, não são suficientes. A luta contra a violência doméstica tem um longo caminho a percorrer. É necessário, por exemplo, encontrar meios de impedir que o medo de represálias e de novas agressões impeça as vítimas de

denunciar. Isso passa pela criação de uma rede de apoio e também pela garantia da efetividade das normas já existentes. Não é raro, por exemplo, ouvir uma notícia de feminicídio, acompanhada de relatos de que a vítima solicitou, mas não te-

ve a medida protetiva concedida, ou histórias de agressores que estavam impedidos de se aproximar, mas mesmo assim o fizeram.

É preciso, sim, encorajar as mulheres a denunciarem casos de violência doméstica desde o primeiro episódio, afinal, o segundo pode ser fatal. “Foi a primeira vez”.

“Ele não vai fazer de novo”. “Deixe para denunciar no dia seguinte e acabei não fazendo”. Esses discursos não podem perseverar. Para que isso aconteça, é necessário criar meios de garantir que elas sigam suas vidas em segurança. Os direitos dados a essas mulheres precisam ser acompanhados de mecanismos que os efetivem.

**É necessário
criar meios
de garantir
que elas sigam
suas vidas
em segurança**

FAYDA BELO é advogada criminalista, especialista em Processo Penal



POLICIAL E AGENTE recolheram documentos na prefeitura e na casa do prefeito, Professor Ricardo (destaque)

OPERAÇÃO RUBI

Prefeito é afastado e tem bens bloqueados

Chefe do Executivo de Piúma, José Ricardo da Costa é suspeito de participar de fraude em licitações em serviços de limpeza pública

Roberta Bourguignon
GUARAPARI

O prefeito de Piúma, José Ricardo da Costa (PDT), o Professor Ricardo, foi afastado por 90 dias e teve os bens bloqueados pela Justiça a pedido do Ministério Público do Estado (MP-ES). A vice, Regina Martha Scherrer Rocha (Patri), assumiu em seu lugar. Professor Ricardo é suspeito de participar de esquema de fraude e superfaturamento em serviços de limpeza no município.

O afastamento do prefeito ocor-

reu ontem, durante a 2ª fase da Operação Rubi. Além dele, o secretário de Obras e Serviços, André Layber Miranda, foi afastado pelo mesmo período e teve os bens bloqueados. Os dois estão proibidos de entrar na prefeitura.

O objetivo da operação, segundo o MP-ES, é desarticular organização criminosa constituída para lesar os cofres públicos com direcionamento licitatório, pagamento de vantagem indevida a agentes públicos e superfaturamento.

Segundo o MP-ES, uma empresa de gerenciamento de resíduos sólidos é suspeita de envolvimento no esquema similar ao identificado na primeira fase da Operação Rubi, em 8 de maio. A prefeita de Presidente Kennedy, Amanda Quinta, e secretários foram presos. Ela já foi solta, mas continua afastada.

Além do cumprimento dos dois mandados de afastamento, foram entregues quatro mandados de

proibição de acesso às dependências de órgãos públicos e 12 mandados de busca e apreensão pelos agentes: três em Piúma, dois em Linhares, um em Vila Velha, dois em Cariacica, um em Cachoeiro e três em Anchieta.

O OUTRO LADO

“Prestei todas as informações”

José Ricardo da Costa declarou que respeita o trabalho do MP-ES e prestou todas as informações solicitadas.

“Nós solicitaremos o retorno (à prefeitura), porque em momento algum deixamos de prestar as informações. A gente sabe que operações como essas são necessárias, porque abrem prazo para uma resposta”, disse.

Operação Rubi II busca dados, afasta prefeito e servidores em Piúma

O **Ministério Público** do Estado do Espírito Santo (MPES), por meio da Subprocuradoria-Geral de Justiça Judicial e do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), com o apoio do Núcleo de Inteligência da Assessoria Militar do MPES e da Polícia Militar, deflagrou, nesta quinta-feira (17) a Operação Rubi II.

O objetivo é desarticular e colher provas relativas à atuação de uma organização criminosa constituída para lesar os cofres públicos do município de Piúma por possível direcionamento licitatório em favor de pessoas jurídicas contratadas, pagamento de vantagem indevida a agentes públicos e superfaturamento de contratos administrativos de prestação de serviço público.

Durante a operação, o prefeito de Piúma, José Ricardo da Costa (PDT), popularmente conhecido como professor Ricardo foi afastado do cargo, por meio de uma decisão da Justiça. O prefeito foi afastado do cargo por 90 dias, até durarem as investigações da Operação, com decisão dada pelo desembargador Fernando Zardini. Na residência do prefeito, foram localizados e apreendidos computadores e documentos.

O prefeito, o secretário e mais dois investigados também tiveram os bens não disponibilizados pela Justiça, atendendo pedido do MPES. Durante o período do afastamento, o município será governado pela vice-prefeita Marta Scherrer do partido Avante.

Ao todo, cinco membros do **Ministério Público** (um procurador de Justiça e quatro promotores de Justiça) coordenam os trabalhos, auxiliados por 22 agentes do Gaeco e policiais militares. A partir da agora, eles vão analisar conjuntamente documentos, computadores, dados e depoimentos de investigados e testemunhas que serão colhidos nas próximas semanas.

A operação consiste, inicialmente, no cumprimento de dois mandados de afastamento funcional de agentes públicos, quatro mandados de proibição de acesso às dependências de órgãos públicos, e 12 mandados de busca e apreensão pelos agentes do Gaeco, sendo três em Piúma, dois em Linhares, um em Vila Velha, dois em Cariacica, um em Cachoeiro de Itapemirim, três em Anchieta, emitidos pelo juízo da 2ª Câmara Criminal do **Tribunal de Justiça do Estado** do

Espírito Santo. Residência de investigados e de empresa e sócios suspeitos de integrar o esquema estão sendo alvos das ações.

As investigações colheram fortes indícios do envolvimento de agentes políticos e servidores municipais no recebimento de propina de empresários dos ramos de limpeza pública como contrapartida a benefícios financeiros em licitações e contratos e possível enriquecimento indevido dos envolvidos.

Os crimes investigados estão previstos no Decreto-Lei nº 201/67, na Lei nº 12.850/13 (organização criminosa), Lei nº 8.666/93 (fraude em licitações), Lei nº 9.613/98 (lavagem de dinheiro), além de corrupção ativa e passiva.

Direto da Redação

Rede SIM

Site: <https://www.simnoticias.com.br/operacao-busca-dados-e-afasta-servidores-em-piuma/>

No estado, 800 adolescentes estão internador por praticarem crimes

Diony Silva

ADOLESCENTE, HOMICÍDIO, TRÁFICO DE DROGA,
MPES, MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO,
VITÓRIA, CAPITAL, ESPÍRITO SANTO

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/video/2019/10/18/TVGAZETAAFGL>
OBOES-12.06.35-12.13.54-1571415460.mp4

Alterações na Lei de Falência será discutida pelo CNJ e AGU

Estão abertas as inscrições para o evento "Os aspectos de Direito Público relacionados a Falência e Recuperação Judicial e as propostas de alterações na Lei n. 11.101/2005", que será realizado pelo **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)** e pela **Escola da Advocacia-Geral da União (AGU)**, no dia 22 de novembro, em São Paulo. Para participar, basta preencher o formulário de inscrição, gratuitamente.

A programação do evento prevê a participação do conselheiro do **CNJ** Henrique Ávila na palestra de abertura. Em seguida, serão realizados dois painéis: "Tratamento dos créditos fiscais em Falência e Recuperação Judicial" e "Controvérsias sobre a Recuperação Judicial das Concessionárias de Serviço Público".

Na última sessão ordinária do **CNJ**, realizada no dia 8 de outubro, foram aprovadas três recomendações para tornar mais eficiente a atuação do **Poder Judiciário** nos processos de recuperação judicial, extrajudicial e falimentar de empresa. A orientação é para que os tribunais especializem as varas que analisam e julgam processos de recuperação empresarial e falimentar; façam a averiguação prévia na documentação da empresa logo após o pedido inicial de recuperação; e adotem a mediação na solução de conflitos que ocorrem durante o processo de recuperação empresarial e falimentar.

Relator da matéria, o conselheiro Henrique Ávila disse que se trata de um tema importante, com impacto direto no mercado brasileiro. Ele reforçou a relevância do grupo de trabalho que debate medidas relacionadas à recuperação judicial e de falências, que foi instituído pelo **CNJ** em dezembro do ano passado. O objetivo do GT é buscar medidas para modernizar a atuação do **Poder Judiciário** em relação a esse assunto. Além do conselheiro, a diretora da Escola da AGU da 3ª Região, Rita Nolasco, e Ronaldo Vasconcellos participam da organização do evento.

Serviço:

Os aspectos de Direito Público relacionados a Falência e Recuperação Judicial e as propostas de alterações na Lei n. 11.101/2005

Data: 22 de novembro de 2019 (sexta-feira)

Horário: 9h às 12h30

Local: Auditório da Escola da AGU da 3ª Região - Rua Bela Cintra, 657, CEP: 01415-003- Consolação, São Paulo.

Realização: Escola da Advocacia-Geral da União e **Conselho Nacional de Justiça**

Inscrições Gratuitas: bit.ly/aspectos-direito

Site: <https://www.cnj.jus.br/alteracoes-na-lei-de-falencia-sera-discutida-pelo-cnj-e-agu/>

Tabelionatos realizaram mais de 3,5 milhões de apostilamentos desde 2016

Brasília--(DINO - 16 out, 2019) - Publicada em 2016 pelo **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)**, a Resolução nº 228 mudou a vida dos cidadãos brasileiros que necessitam dar validade a documentos no Exterior - e, também, dos estrangeiros que precisam legalizar os seus documentos no Brasil. Se antes eram necessários meses ou até anos para que um diploma universitário fosse validado, desde agosto de 2016, com a normativa, esse processo pode ser feito em até cinco dias úteis nos tabelionatos de notas. Tamanha é a agilidade do apostilamento que muitos dos cerca de seis mil cartórios habilitados a oferecer o serviço em todo o País realizam na hora a validação dos documentos. "Esse é só um dos muitos exemplos de como os tabelionatos podem ajudar a melhorar a vida dos cidadãos brasileiros, conferindo mais agilidade aos processos e diminuindo a burocracia", afirma o presidente do Conselho Federal do Colégio Notarial do Brasil (CNB/CF), Paulo Roberto Gaiger Ferreira. Desde que a resolução do **CNJ** foi editada a pedido do Ministério das Relações Exteriores, os tabelionatos brasileiros realizaram mais de 3,5 milhões de apostilamentos. "Em 2016, foram 414,9 mil atendimentos. Esse número saltou para 1,3 milhão em 2017 e para 1,8 milhão em 2018, o que mostra a relevância desse serviço", pontua o presidente da entidade que representa os mais de oito mil tabeliães do Brasil.

Apostilamento

A Apostila nada mais é do que um certificado de autenticidade emitido pelas 117 nações signatárias da Convenção de Haia - e que é colocada em um documento público para atestar a sua origem. Apostilado, esse documento - um diploma universitário, uma escritura pública, uma certidão de registro civil ou uma tradução juramentada, entre outros - ganha validade nos países signatários da Convenção. Antes de ser feito nos tabelionatos, o apostilamento era um processo dispendioso, que envolvia três etapas e o aval de autoridades brasileiras e estrangeiras. "Não há dúvidas de que a delegação desse serviço aos tabelionatos ajudou a desafogar os consulados e tornou a validação dos documentos muito mais acessível aos cidadãos", explica o presidente do CNB/CF.

Nos cartórios, hoje, por meio da conexão com o Sistema Eletrônico de Informação e Apostilamento

(SEI Apostila), os documentos são impressos em papel especial, produzido pela Casa da Moeda, e recebem um código QR para identificação eletrônica. Em breve, no entanto, o processo será realizado totalmente via eletrônica.

Fórum Internacional marca lançamento da nova plataforma de apostilamento

Realizado pela primeira vez no Brasil, o Fórum Internacional do Programa de Apostila Eletrônica (e-APP) começa nesta quinta-feira (16/10) e vai até sábado (18/10) no Hotel Gran Marquise em Fortaleza, no Ceará. Durante o evento será lançada oficialmente a nova plataforma brasileira de apostilamento, o e-APP, que dispensará a cópia física em papel especial da Casa da Moeda. "Queremos sair do sistema híbrido e migrar para o documento 100% digital", argumenta o presidente do Colégio Notarial do Brasil - Seção Distrito Federal, Hércules Benício, responsável pelo tabelionato em que o novo sistema está sendo testado. A previsão é de que o projeto-piloto ocorra até o início de 2020, quando deve ser expandido para os cartórios que oferecem o serviço.

Promovido anualmente pela Hague Conference on Private International Law (HCCH), o fórum tem como objetivo debater sobre as novas tecnologias voltadas ao aprimoramento da operação e da eficácia da autenticação de documentos. O Conselho Federal do Colégio Notarial do Brasil (CNB/CF) é um dos apoiadores da 10ª edição do evento, que também conta com a parceria do **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)**, do Ministério das Relações Exteriores, da Associação dos Notários e Registradores do Brasil (Anoreg) e da Associação Nacional dos Registradores de Pessoas Naturais (Arpen).

Website: <http://www.notariado.org.br>

Site:

<http://institucional.ae.com.br/cadernos/releases/?id=Qzg5WWlmZmJrU1B4S3VyTWVMYWpRZz09>